

Estratégia da AEA 2009–2013

Programa de trabalho plurianual



Desenho da capa: AEA
Formatação: AEA

Aviso legal

O conteúdo da presente publicação não reflecte necessariamente as posições oficiais da Comissão Europeia ou das restantes instituições das Comunidades Europeias. A Agência Europeia do Ambiente, ou qualquer pessoa ou empresa que actue em nome da Agência, não é responsável pela utilização que possa ser feita da informação contida no presente relatório.

Informação relativa aos direitos de autor

© AEA, Copenhaga, 2009

Reprodução autorizada mediante identificação da fonte, salvo indicação em contrário.

Na Internet está disponível informação sobre a União Europeia, que pode ser acedida através do servidor Europa (www.europa.eu).

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2009

ISBN 978-92-9213-022-0

DOI 10.2800/17546

Produção ecológica

A presente publicação é impressa em conformidade com as mais elevadas normas ambientais.

Impresso por Schultz Grafisk

— Certificado de gestão ambiental: ISO 14001

— IQNet — The International Certification Network DS/EN ISO 14001:2004

— Certificado de qualidade: ISO 9001: 2000

— Registo EMAS. Licença n.º DK — 000235

— Rotulagem ecológica com o sistema Nordic Swan, licença n.º 541 176

Papel

RePrint — 90 gr.

CyclusOffset — 250 gr.

Ambos os tipos de papel são reciclados e receberam o rótulo ecológico Nordic Swan.

Impresso na Dinamarca



Agência Europeia do Ambiente
Kongens Nytorv 6
1050 Copenhagen K
Dinamarca
Tel.: +45 33 36 71 00
Fax: +45 33 36 71 99
Página Web: eea.europa.eu
Questões: eea.europa.eu/enquiries

Estratégia da AEA 2009–2013

Programa de trabalho plurianual



Breve apresentação da AEA

A Agência Europeia do Ambiente (AEA) é um organismo público europeu que se dedica ao fornecimento de informação objectiva, fiável e comparável sobre o ambiente. O seu objectivo é manter os decisores políticos e o público em geral informados sobre o estado e as perspectivas do ambiente. A AEA fornece também os conhecimentos científicos independentes e o apoio técnico de que a Comunidade e os países membros necessitam para tomar medidas adequadas com vista à protecção e melhoria do ambiente, conforme estabelecido no Tratado e nos sucessivos programas de acção da Comunidade em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável. A AEA trabalha em parceria com os departamentos e organismos governamentais, as convenções internacionais e os órgãos da ONU, a comunidade científica, o sector privado e a sociedade civil.

A Agência realiza um amplo conjunto de avaliações ambientais e temáticas integradas, incluindo um relatório quinquenal sobre o estado e as perspectivas para o ambiente, avaliações temáticas e sectoriais, análises de eficácia das medidas políticas, estudos prospectivos e avaliações de impacte da globalização no ambiente e nos recursos da Europa. A AEA é

uma importante fonte e depositária de dados e indicadores relacionados com o ambiente, além de ser um dos principais fornecedores de serviços de informação e de conhecimentos ambientais.

A Agência Europeia do Ambiente (AEA) e a Rede Europeia de Informação e de Observação do Ambiente (Eionet) foram instituídas pelo Regulamento (CEE) n.º 1210/90 de 7 de Maio de 1990 (com a última redacção que lhe foi dada pelos Regulamentos (CE) n.º 933/1999 de 29 de Abril de 1999 e n.º 1641/2003 do Parlamento e do Conselho de 22 de Julho de 2003). A decisão sobre a sede da Agência em Copenhaga foi tomada em 1993, tendo a Agência entrado em funcionamento em 1994. O regulamento de base estabelece um conjunto de funções (artigo 2.º) e domínios prioritários (artigo 3.º) para a AEA, que são abordados nos seus programas de trabalho anuais e plurianuais.

A estratégia da AEA para 2009–2013 é o quarto programa de trabalho plurianual da Agência; foi aprovada pelo Conselho de Administração, mediante procedimento escrito, na sequência da sua 52.ª reunião de 26 de Novembro de 2008.

A nossa visão



Sermos reconhecidos como o organismo líder mundial no fornecimento de dados, informações, conhecimentos e avaliações ambientais oportunos, relevantes e acessíveis a nível europeu.

Presidente do Conselho de Administração da AEA



Dr. Karsten Sach

Em nome do Conselho de Administração, agradeço ao Presidente cessante, Lars-Erik Liljelund, pela sua liderança dedicada e eficiente do Conselho de Administração. Ao longo dos últimos anos, as questões da política ambiental ganharam maior relevo e actualidade, o que é a derradeira prova do trabalho da AEA e demonstra que o seu contributo é hoje mais importante do que nunca.

A AEA encontra-se numa boa posição para reforçar o seu papel de fornecedor de informações ambientais independentes e fiáveis. Tendo em vista os próximos cinco anos, gostaria de salientar ainda algumas das questões estratégicas para a AEA.

Esta nova Estratégia continuará a sustentar os objectivos dos programas de acção da UE em matéria de ambiente. Assim sendo, as alterações climáticas, a natureza e a biodiversidade, o ambiente e a saúde, a par dos recursos naturais e dos resíduos, continuarão a estar no cerne do trabalho da AEA.

A nova Estratégia também avançará com o Sistema de Informação Ambiental Partilhada (SEIS).

As avaliações ambientais integradas e a antecipação de novas reflexões, especialmente sobre serviços ecossistémicos, ecoeficiência, tecnologias emergentes e inovações irão desempenhar um papel fundamental na formulação das políticas ambientais europeias, sendo a correcta concepção das políticas ambientais necessária e positiva para a nossa sociedade e economia.

A AEA continuará a trabalhar em estreita colaboração com os países vizinhos, em especial na região dos Balcãs Ocidentais. Importa realçar que a nossa estreita e precoce cooperação não só melhora a qualidade e cobertura das informações ambientais, como também contribui para a estabilização do ambiente nesses países.

No que diz respeito ao mundo exterior, em colaboração com 56 países, a AEA lançou, em 2007, um relatório intitulado "O ambiente na Europa — Quarta avaliação", conhecido como relatório de Belgrado, que fornece informações políticas relevantes, actualizadas e fiáveis sobre as interacções entre o ambiente e a sociedade a nível pan europeu. Este relatório demonstra também que é necessário o empenhamento de todos os intervenientes a nível global e regional para garantir uma boa implementação das políticas ambientais.

O público em geral, os decisores políticos, a comunidade científica e os políticos contribuem todos para o trabalho desenvolvido pela Agência. Esta tendência deverá ainda intensificar-se, na medida em que as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a qualidade da água e do ar são temas que suscitam um aceso debate.

Reconheço que essa tendência apenas se poderá manter se for promovida por uma AEA com visão de futuro e que, durante os próximos cinco anos, forneça informações inovadoras, oportunas, relevantes e sólidas.

Presidente do Comité Científico da AEA



Prof. László Somlyódy

O trabalho da Agência Europeia do Ambiente tem sido, desde o início, apoiado por um Comité Científico independente, composto por excelentes cientistas ambientais que, no seu conjunto, cobrem uma vasta gama de áreas ambientais e garantem a base científica dos produtos da Agência. A Agência tem uma agenda ambiental muito abrangente e mantém-se atenta às tendências emergentes. Além disso, assume um importante papel enquanto elo de ligação entre os debates que decorrem nos foros político e científico.

O Comité Científico acolhe com satisfação o novo programa de trabalho plurianual da AEA para o período 2009–2013, que constitui um documento abrangente e bem equilibrado. Integra não apenas uma vertente natural, física, biológica, química e mecânica, como também leva em consideração a importância das implicações políticas, dos motores económicos e das limitações sociológicas. Esta abordagem interdisciplinar é colocada no centro do programa através de um conjunto de temas transversais e de avaliações ambientais integradas que a Agência irá levar a cabo.

Os relatórios quinquenais sobre o estado do ambiente e as avaliações pan europeias que a Agência produziu ajudaram a definir as prioridades dos programas quadro de investigação. Neste contexto, preconizo um papel mais activo para o Comité Científico na definição da agenda de investigação, não apenas nas áreas da sua competência, mas também noutras áreas tecnológicas emergentes, tais como as biotecnologias e as nanotecnologias.

Através da articulação de uma abordagem mais holística das questões ambientais, económicas, sociais e tecnológicas, o Comité Científico ajudará a estabelecer vínculos e a intensificar o diálogo não só com os parceiros do mundo académico e da investigação, mas também com as organizações não-governamentais, a indústria e os cidadãos.

O contexto em que a AEA trabalha evolui rapidamente. Importa, por isso, aproveitar as oportunidades que nos proporcionam os novos desenvolvimentos, tais como a iniciativa GMES e outras iniciativas de observação em larga escala, que são susceptíveis de alterar profundamente a forma como os dados, as informações e os indicadores são fornecidos.

Para o período 2009–2013, é extremamente importante que a Agência, com a ajuda dos membros do seu Comité Científico, continue a investigar novas questões para o planeamento da investigação futura e a identificar lacunas científicas e previsões para a investigação ambiental tanto a nível europeu como nacional, que possam ter implicações no futuro dos diversos desafios ambientais que a Europa hoje enfrenta.

O novo Presidente eleito do Comité Científico da AEA é o Dr. Detlef Sprinz.

Directora Executiva da AEA



Prof. Jacqueline McGlade

A presente Estratégia da AEA traça os nossos planos para os próximos cinco anos. Foi concebida tendo em conta as necessidades de informação actuais e futuras, colocando a tónica geral numa utilização muito mais alargada das informações ambientais recolhidas. Estamos a racionalizar as nossas actividades, a criar novas formas de trabalhar e a desenvolver novos métodos para integrar as reflexões ambientais em todas as políticas económicas e sociais.

Novas formas de interpretar as informações ambientais

A natureza é, em boa parte, um bem público que pertence a todos, mas é descuidada por muitos. Para podermos apreciar os benefícios da natureza, teremos de encontrar formas de pagar o preço justo pela sua protecção e conservação. A AEA irá elaborar um instrumento equivalente às estatísticas oficiais para os serviços ecológicos e bens ambientais, que ficarão a par dos bens tradicionais da nossa economia. No âmbito deste processo, validaremos a base metodológica para um acordo internacional sobre contabilidade do ambiente e produziremos uma avaliação dos ecossistemas e serviços na Europa — Eureka 2012. No futuro, seremos capazes de demonstrar como as empresas e os governos podem incorporar os serviços ecossistémicos na reestruturação da economia global.

Novas formas de utilizar as informações ambientais

As pessoas necessitam de informações actualizadas sobre o ambiente em que vivem. Por exemplo, com a expansão das áreas urbanas, aumenta também o número de pessoas afectadas pela exposição a elevados níveis de ozono e matéria particulada. Agora é possível ter acesso a dados de ozono quase em tempo real através da Ozone Web (Rede Ozono) da AEA, que está a ser apresentada aos médicos e hospitais como sistema de alerta para pessoas vulneráveis. A AEA disponibilizará dados on-line sobre a qualidade do ar obtidos através de estações de monitorização do solo e observações da terra no âmbito do programa GMES, para que os parceiros na área da saúde possam compreender melhor as actuais doenças respiratórias ligadas ao ambiente.

Novas formas de identificar problemas ambientais emergentes

É extremamente importante antecipar as futuras necessidades informativas dos decisores políticos, da indústria e dos cidadãos. Através da nossa publicação "Sinais", agora com um novo formato, chamaremos a atenção dos nossos leitores para as questões que, em nossa opinião, irão marcar fortemente a agenda do próximo ano. Exemplos típicos em que a AEA antecipou a procura pública foram os biocombustíveis, os subsídios energéticos, a avaliação dos serviços ecossistémicos e a radiação electromagnética. O-nosso trabalho baseia-se no princípio da precaução, na avaliação do ónus da prova, na tomada de decisões com níveis de incerteza variáveis e na utilização de modelos e cenários de apoio à decisão. Ao longo dos próximos cinco anos, criaremos um cálculo simples que nos permitirá antecipar os potenciais impactes ambientais causados pelos actuais e futuros motores sociais e económicos.

Novas formas de trabalhar

À medida que cada vez mais pessoas ganham consciência da importância que o ambiente tem nas suas vidas, assiste-se a um crescimento explosivo da procura de informações locais fiáveis. O fornecimento de informações através das redes da AEA tem sido uma experiência única e muito positiva. Graças à

utilização de modernas tecnologias e software, temos conseguido aproveitar os avanços científicos ao nível da monitorização e observação. Actualmente, temos a noção de que podemos aprender muito com os cidadãos observadores, especialmente com os que vivem em regiões remotas ou mantêm um contacto estreito com o ambiente nas suas vidas ou profissões. Quando trabalhamos em regiões como o Árctico, verificamos com frequência que a população indígena detecta as alterações mais rapidamente do que qualquer programa sofisticado de amostragem.

A conjugação destas fontes de dados com o mundo formal da avaliação e análise tornar-se-á muito importante. A AEA tem vindo a alargar e construir as suas redes e fontes de observação e recolha de informações através do seu observatório global de informações ambientais fornecidas pelos cidadãos. Durante os próximos cinco anos, aumentaremos o número de aplicações, através do Sistema de Informação Ambiental Partilhada, de modo a disponibilizar uma ampla gama de serviços de monitorização ambiental num espectro local a global.



O nosso objectivo

Actualmente, a maioria dos europeus reconhece que o ambiente tem um impacto significativo na sua qualidade de vida e que as tendências globais desempenham um papel importante nesse contexto. Querem que o ambiente, tal como as necessidades económicas e sociais, sejam levados em conta nas decisões em matéria de transportes, energia, habitação, agricultura, pescas, alimentação e saúde. Também as empresas se esforçam por ser mais inovadoras e ecoeficientes, a fim de alcançarem padrões ambientais mais elevados e manterem a sua competitividade na economia.

Nos últimos 30 anos, os europeus assistiram a uma redução significativa das emissões de poluentes atmosféricos, a uma diminuição de 95 % na produção de produtos químicos que provocam a destruição da camada do ozono, à adopção de um tratado para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e à criação de um regime inovador para os mercados de comércio e compensação de emissões de carbono. Além disso, viram concretizadas a protecção dos animais e das plantas, as melhorias na qualidade da água doce e das zonas marítimas costeiras, bem como o acesso universal a água potável segura. Muitas destas melhorias foram alcançadas graças à aplicação do acervo comunitário na área do ambiente.

No entanto, os cidadãos continuam preocupados com as alterações climáticas, a qualidade do ar que respiram, o tratamento dos resíduos e o impacto dos produtos químicos. Têm muitas questões acerca do que está a acontecer ao ambiente e das implicações para as gerações actuais e vindouras.

O objectivo da AEA é fornecer aos decisores políticos e cidadãos europeus acesso a informações e conhecimentos pertinentes, que constituam uma boa base para as políticas ambientais, ajudem a responder às suas questões sobre o ambiente na vida quotidiana e garantam a integração das reflexões e dos ensinamentos ambientais em todos os processos decisórios.

Pretendemos atingir estes objectivos nos próximos cinco anos através das seguintes medidas:

- continuar a apoiar a aplicação da legislação ambiental europeia através de análises e avaliações do ambiente na Europa;
- garantir o acesso contínuo a dados, informações e serviços ambientais de elevada qualidade;
- produzir avaliações ambientais integradas e estudos prospectivos para uma Europa cada vez mais inserida no contexto global;
- atacar as prioridades ambientais críticas à medida que forem surgindo na agenda política;
- melhorar os meios de comunicação e divulgação aos decisores políticos e cidadãos através de informações multimédia, de fácil acesso e multilingues.

A nossa estratégia para 2009–2013

Durante os últimos anos, tem-se assistido a uma crescente tomada de consciência das alterações ambientais e da necessidade de acções políticas urgentes. Isso, por sua vez, conduziu a um aumento explosivo das iniciativas e instituições na área do ambiente. A nossa estratégia visa responder a estas alterações, concentrando-se na consolidação e melhoria da sincronização, resolução espacial e qualidade dos fluxos de dados ambientais, na criação de novas fontes de dados, onde necessário, e no incentivo a uma maior integração dos conhecimentos sobre as relações entre os ecossistemas e as principais áreas socioeconómicas, bem como na melhoria da qualidade e eficácia da educação ambiental na Europa.

A estratégia da AEA para 2009–2013 é o quarto programa de trabalho plurianual. Dá continuidade à bem sucedida execução da nossa anterior estratégia para 2004–2008, que se baseou nas principais prioridades do 6.º Programa de Acção em Matéria de Ambiente e consagrou a Agência como principal fornecedor de dados, informações e conhecimentos ambientais na Europa.

A avaliação de eficácia da AEA realizada em 2008 constatou que a Agência é a via mais eficiente para fornecer às partes interessadas os produtos e serviços de que necessitam. Concluiu ainda que é difícil imaginar como o fornecimento de informações imparciais e fiáveis poderia ser assegurado através de qualquer um dos outros mecanismos existentes ao dispor das organizações europeias.

Além disso, a avaliação de 2008 forneceu uma série de recomendações sobre a definição de prioridades e a divulgação. Estas foram levadas em conta na definição das futuras prioridades e no planeamento dos recursos da Agência.

A nossa nova estratégia assenta em três actividades principais:

- continuar a satisfazer as necessidades informativas estabelecidas na legislação ambiental comunitária e internacional e, designadamente, no 6.º Programa de Acção em Matéria de Ambiente;
- fornecer avaliações mais atempadas sobre as alterações que estão a ocorrer no ambiente e sobre as suas causas, bem como sobre a eficácia das políticas ambientais, incluindo o 6.º programa de acção em matéria de ambiente, a estratégia de desenvolvimento sustentável da UE e as políticas em áreas relacionadas;
- melhorar a coordenação e divulgação de informações e conhecimentos ambientais em toda a Europa.

Este documento de estratégia descreve as actividades da AEA em quatro áreas:

- Temas ambientais
- Temas transversais
- Avaliação ambiental integrada
- Serviços de informação e comunicação.

Dois outras áreas estratégicas dizem respeito às operações, à administração e à governação da AEA.

Objectivos

O nosso principal objectivo para 2009–2013

O principal objectivo da AEA consistirá em produzir conjuntos de informações e indicadores ambientais integrados a nível europeu, pan europeu e regional, assim como avaliações e análises temáticas, a fim de providenciar uma boa base de decisão para as políticas ambientais na UE e nos países membros, bem como para a cooperação com os países candidatos e potenciais candidatos e com os países abrangidos pela Política Europeia de Vizinhança.

Continuaremos a trabalhar intensivamente com a Eionet, com os países cooperantes e com um amplo conjunto de instituições parceiras, incluindo a Comissão Europeia, os departamentos e organismos governamentais, as convenções internacionais e órgãos da ONU, as comunidades científica, técnica e da investigação, o sector privado e a sociedade civil, a fim de garantir a pertinência e qualidade dos dados e das análises e informações que a Agência fornece.

Os nossos objectivos estratégicos são:

- desempenhar um papel crucial no desenvolvimento e na execução das políticas europeias na área do ambiente e em áreas afins, em especial do programa de acção da Comissão Europeia em Matéria de Ambiente;
- monitorizar a eficácia das políticas ambientais da UE e dos países membros da AEA, bem como nos países candidatos e potenciais candidatos;
- apoiar a monitorização da estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE (prestando assistência relativamente aos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável), com destaque para questões fundamentais relacionadas com o ambiente;
- levar a cabo avaliações ambientais integradas e análises no contexto do 6.º Programa de Acção em Matéria de Ambiente e da estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE, de temas ambientais, estudos prospectivos e alertas precoces relacionados com as mudanças nas estruturas sociais e económicas;
- fornecer acesso a informações actualizadas com maior regularidade e, sempre que possível, a dados praticamente em tempo real, a fim de melhorar a actualidade das informações ambientais fornecidas através do Sistema de Informação Ambiental Partilhada e dos Centros de Dados Ambientais;
- antecipar novas ideias e reflexões, especialmente sobre os serviços ecossistémicos, a utilização dos recursos, as tecnologias emergentes e inovações, bem como sobre as alterações comportamentais;
- desenvolver novos serviços baseados na Web para responder às necessidades educativas na área do ambiente;
- ajudar a garantir, através de serviços de comunicação e informação eficazes, a integração das reflexões ambientais em todos os processos de decisão e na vida quotidiana dos cidadãos europeus.

Acções-chave

Acções-chave para 2009–2013

Em 2009, iremos ...

- lançar serviços de informação para dos cinco Centros de Dados Ambientais, sobre qualidade do ar, alterações climáticas, biodiversidade, água doce, ambiente marinho e uso do solo, bem como determinar as necessidades de dados sobre vulnerabilidade e adaptação, prevenção e gestão de catástrofes;
- criar a infra estrutura de suporte da AEA para o Sistema Europeu de Informação Ambiental Partilhada (SEIS) e para a infra estrutura INSPIRE, a través de serviços Web;
- coordenar o fornecimento de dados in situ para os serviços GMES e ligá-los à Rede Mundial de Sistemas de Observação da Terra;
- apoiar as avaliações ambientais na região do Báltico durante a Presidência sueca;
- contribuir analiticamente para a discussão sobre o “Green New Deal” global e para o planeamento de uma economia europeia com menores emissões de carbono
- produzir duas publicações de referência da AEA sobre sistemas de alerta precoce;
- apoiar as deliberações em matéria de alterações climáticas conducentes à 15.º Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC COP15) em Copenhaga;
- informar sobre o progresso realizado para travar a perda de biodiversidade, com a ajuda do projecto SEBI sobre Indicadores Europeus de Biodiversidade para 2010.

Em 2010, iremos ...

- produzir o relatório sobre o estado e as perspectivas para o ambiente na Europa (SOER), salientando as prioridades políticas operacionais e estratégicas, (6.º Programa de Acção em Matéria de Ambiente e Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE) e incluindo um painel de avaliação do desempenho ambiental;
- produzir uma análise dos mecanismos de execução dos acordos da UE relativos à realização de uma economia verde e com menores emissões de carbono até 2050;
- em cooperação com o CCI, fornecer análises contínuas sobre os denominados “pontos de ruptura” do ambiente global;

- criar um serviço de levantamento de informação sobre vulnerabilidade e adaptação com vista à prevenção e gestão de catástrofes na Europa;
- apoiar as avaliações relativas ao Mediterrâneo e outras relevantes para as Presidências espanhola e belga.

Em 2011, iremos ...

- apoiar a elaboração de relatórios sobre o ambiente no âmbito da Política Europeia de Vizinhança;
- concluir uma avaliação dos custos da inacção, considerando os danos causados aos serviços ecossistémicos e ao bem estar humano.

Em 2012, iremos ...

- produzir uma avaliação dos serviços ecossistémicos na Europa — Eureka 2012;
- apoiar a análise à escala da UE do estado das águas superficiais e subterrâneas através do WISE.

Em 2013, iremos ...

- apoiar a análise dos resultados ambientais do 6.º Programa de Acção em Matéria de Ambiente e da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE.

Ao longo dos cinco anos, iremos ...

- manter e aumentar os fluxos de dados e serviços de informação ambiental da AEA através da Reportnet e dos cinco Centros de Dados Ambientais da AEA;
- cooperar com o Eurostat, o CCI e a DG Ambiente, dando especial relevo aos indicadores, à racionalização e à actualidade dos dados no âmbito do acordo do Grupo dos Quatro;
- colaborar com a DG RTD e com os projectos de investigação financiados pela UE com vista a uma melhor utilização das suas conclusões e resultados;
- realizar avaliações temáticas, estudos de alerta precoce e análises estratégicas do futuro relativas as políticas e desafios ambientais mas prementes e de complexa evolução;
- apoiar o trabalho do Eurostat na área dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável;
- acompanhar os progressos realizados na concretização dos objectivos políticos, na eficácia das políticas ambientais e outras políticas sectoriais e na definição de indicadores de resposta;
- levar a cabo avaliações regulares de eficácia da AEA;
- alargar os produtos de comunicação da AEA destinados ao público em geral, aos decisores políticos e aos peritos, através de informação multimédia, de fácil acesso e multilingues, principalmente na área das alterações climáticas, da biodiversidade, dos ecossistemas e da economia ambiental.

As nossas redes e estruturas de governação

A AEA é gerida por um Conselho de Administração constituído por representantes dos seus países membros, do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia. O Gabinete Executivo é constituído pelo Presidente e pelos Vice Presidentes do Conselho de Administração. Cada país membro tem um representante no Conselho de Administração, que é apoiado por um ponto focal nacional (PNF) e por um conjunto de centros nacionais de referência (CNR) e pontos de contacto principais.

A AEA possui um Comité Científico composto por peritos independentes na área do ambiente, incluindo cientistas sociais e especialistas de vários sectores. O Comité aconselha o pessoal da AEA e emite pareceres sobre diversos assuntos.

A Eionet — a Rede Europeia de Informação e de Observação do Ambiente, que integra 39 países membros e cooperantes — constitui uma parceria única entre a AEA e os seus países membros e é fundamental para as actividades da AEA no que se refere à interligação em rede. A Eionet envolve, no total, quase 400 pessoas.

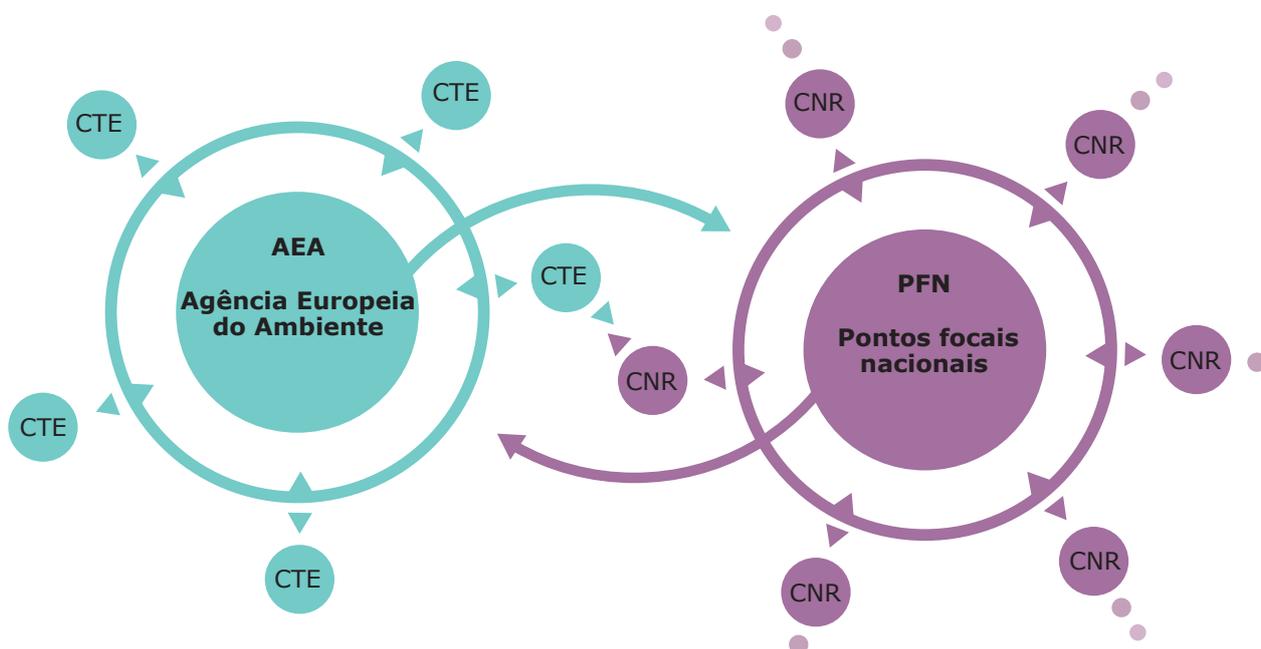
A avaliação de eficácia da Agência realizada em 2008 confirmou que “a criação deste sistema de rede é considerada um dos maiores êxitos da AEA e um factor essencial para a concretização dos seus objectivos”.

A Eionet é amplamente reconhecida pelo seu apoio às mais diversas formas de cooperação e como exemplo positivo de parceria institucional e técnica. A Eionet é sobretudo eficaz na promoção da boa governação nas actividades desenvolvidas a nível europeu e internacional em termos de monitorização e elaboração de relatórios sobre o ambiente, por exemplo, na Rede Mundial de Sistemas de Observação da Terra e no Observatório do Ambiente da ONU.

A AEA participa ainda noutras redes, entre as quais a rede dos directores das Agências da Comunidade Europeia, das Agências de Protecção do Ambiente e das Agências de Conservação do Ambiente, a rede dos Presidentes dos Comités Científicos das Agências da UE e dos organismos da Comunidade, as redes criadas ao abrigo do Programa de Vizinhança da UE, do Plano de Acção para o Mediterrâneo, bem como no âmbito dos Conselhos Nórdico e Ártico, redes internacionais, incluindo as estabelecidas ao abrigo das convenções da ONU e de outras convenções multilaterais em matéria de ambiente, assim como uma variedade de redes de investigação internacionais e europeias.

Esta área de trabalho será coberta pela vertente estratégica:

- Governação e parcerias da AEA.



Concretização prática

O pessoal da AEA é recrutado nos seus 32 países membros e inclui também uma série de peritos nacionais.

A capacidade de trabalho da AEA é reforçada através dos seus cinco Centros Temáticos Europeus (CTE) nos domínios do Ar e das Alterações Climáticas, da Biodiversidade, do Uso do Solo e da Informação Espacial, dos Recursos Hídricos e da Gestão de Recursos e de Resíduos. Estes centros temáticos estão distribuídos pelos países membros da AEA.

No dia-a-dia, o trabalho da Agência desenvolve-se principalmente com os membros do designado "Grupo dos Quatro", constituído pela AEA, a Direcção-Geral do Ambiente, o Centro Comum de Investigação e o Eurostat. O objectivo do grupo consiste em otimizar a utilização dos recursos, racionalizando o processo de elaboração de relatórios sobre o ambiente e fornecendo espaços comuns de armazenamento de informações na Internet em dez áreas temáticas. Os Centros de Dados Ambientais abrangem as seguintes áreas: alterações climáticas, água, ar, biodiversidade, uso do solo (geridos pela AEA), florestas e solos (geridos pelo CCI), resíduos, produtos e recursos naturais (geridos pelo Eurostat).

Durante os próximos cinco anos, prosseguiremos com a implementação do novo Sistema de Gestão da Qualidade e do Plano de Continuidade das Actividades, continuaremos a adoptar quaisquer disposições pendentes ao abrigo do Estatuto de Pessoal e a proceder à revisão dos nossos actuais sistemas de gestão de indicadores, de comunicação de dados e de gestão interna, assim como do painel de avaliação prospectiva, a fim de estabelecer uma ligação clara entre o trabalho realizado, os recursos empregues e os resultados alcançados.

A avaliação de eficácia da Agência realizada em 2008 constatou que a Agência conseguiu satisfazer a crescente procura de informações sem um aumento correspondente dos recursos, comprovando os ganhos de eficiência no interior da organização. A Agência está empenhada numa boa gestão dos recursos afectados à sua vastíssima agenda ambiental. Este aspecto é fundamental, considerando o actual clima de maior pressão financeira e o crescente número de organizações que trabalham na área do ambiente.

Pretendemos otimizar os recursos de que a Agência dispõe para o seu trabalho na área do ambiente através das seguintes medidas:

- atingir todos os anos os objectivos ambientais estabelecidos no EMAS;
- reorganizar a Agência dotando-a de maior capacidade de resposta e flexibilidade;
- evitar a duplicação com outras instituições da UE;
- manter contactos com o pessoal da Comissão Europeia sobre o nosso trabalho temático, de modo a assegurar a coerência administrativa;
- utilizar da melhor forma possível todas as acções ambientais financiadas pela Europa;
- continuar a melhorar as formas de comunicação e fornecimento de informações aos nossos principais clientes e aos cidadãos;
- continuar a maximizar a eficiência e disponibilidade de pessoal, dando particular ênfase à saúde e ao bem estar.

As nossas actividades com vista à concretização prática dos objectivos serão realizadas através da vertente estratégica:

- Gestão e administração interna da AEA.

Áreas estratégicas

1 Temas ambientais

- 1.1 Qualidade do ar
- 1.2 Emissões de poluentes atmosféricos
- 1.3 Biodiversidade
- 1.4 Emissões de gases com efeito de estufa
- 1.5 Água doce
- 1.6 Ambiente marinho

2 Temas transversais

- 2.1 Impacte das alterações climáticas
- 2.2 Vulnerabilidade e adaptação
- 2.3 Ecossistemas
- 2.4 Ambiente e saúde
- 2.5 Questões marítimas
- 2.6 Consumo e produção sustentáveis e resíduos
- 2.7 Uso do solo
- 2.8 Agricultura e silvicultura
- 2.9 Energia
- 2.10 Transportes

3 Avaliação ambiental integrada

- 3.1 Avaliação ambiental integrada
- 3.2 Avaliação regional e global
- 3.3 Apoio à decisão
- 3.4 Aspectos económicos
- 3.5 Futuros estratégicos

4 Serviços de informação e comunicação

- 4.1 Sistema de Informação Ambiental Partilhada
- 4.2 Comunicação

Área estratégica 1 Temas ambientais



Uma das principais funções da AEA consiste em apoiar a política ambiental da UE, acompanhando e elaborando relatórios sobre os resultados da aplicação da legislação ambiental europeia em todos os países membros da AEA. Para tal, é necessário estabelecer e manter mecanismos de elaboração de relatórios, desenvolver o Sistema de Informação Ambiental Partilhada, implementar a infra estrutura INSPIRE, procedimentos de garantia da qualidade, quadros analíticos e resultados normalizados em termos de conjuntos de dados, indicadores e avaliações temáticas integradas relativamente a uma série de temas ambientais, tais como a qualidade do ar, as emissões de poluentes atmosféricos, as emissões de gases com efeito de estufa e os ambientes de água doce e marinho. Este trabalho abrange, entre outras tarefas, a análise dos custos da acção/inacção, avaliações da eficácia, avaliações dos atrasos em relação aos objectivos políticos acordados e aos valores de referência a longo prazo, bem como perspectivas para o futuro em relação ao período de 2020–2030.

A procura deste tipo de trabalho deverá manter-se e até mesmo aumentar ao longo dos próximos cinco anos, acompanhando a evolução da legislação e das políticas ambientais da UE. Durante o período de referência, importa destacar: um acordo global a celebrar em Copenhaga, no Outono de 2009, sobre a redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) após 2012; a implementação de um novo regime europeu de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa para 2008–2012; a fixação de metas nacionais para 2020 relativas à redução das emissões de gases com efeito de estufa na UE; a revisão da Directiva relativa aos valores limite nacionais de emissão e da Directiva relativa à prevenção e controlo integrados da poluição em 2009; a implementação da nova Directiva relativa ao programa "Ar Limpo para a Europa" (CAFE); os progressos realizados no sentido da concretização do objectivo de travar a perda de biodiversidade até 2010; o primeiro conjunto de Planos de Gestão de Bacias Hidrográficas e programas de medidas conexas ao abrigo da Directiva Quadro da Água em 2009; e a implementação da recém adoptada Directiva "Estratégia Marinha". A AEA desenvolverá e adaptará os seus fluxos de dados, indicadores e avaliações existentes para responder a estas novas necessidades.

Objectivos gerais para 2009–2013

Apoiar a definição e a avaliação de políticas relacionadas com os temas ambientais abrangidos pelo acervo comunitário e áreas conexas através das seguintes medidas:

- assegurando total acesso, através do SEIS e dos Centros de Dados Ambientais da AEA, a dados com a qualidade necessária para apoiar o trabalho desenvolvido a nível europeu em matéria de indicadores e avaliações integradas;
- mantendo e desenvolvendo indicadores da AEA pertinentes no âmbito do Sistema de Gestão de Indicadores;
- disponibilizando análises, avaliações e metodologias temáticas em apoio das diversas agendas políticas temáticas; e
- avaliando a eficácia das políticas em vigor e as perspectivas para o futuro em relação ao período de 2020–2030.

O trabalho está dividido em grandes temas ambientais consentâneos com os temas abrangidos pelo 6.º Programa de Acção da Comissão Europeia em Matéria de Ambiente:

- **Qualidade do ar**
- **Emissões de poluentes atmosféricos**
- **Biodiversidade**
- **Emissões de gases com efeito de estufa**
- **Água doce**
- **Ambiente marinho**

1.1 Qualidade do ar

O nosso principal objectivo

Disponibilizar avaliações da qualidade do ar e da poluição atmosférica em toda a Europa, especialmente em zonas urbanas e rurais, com base em indicadores e dados de qualidade, actualizados e, sempre que possível, quase em tempo real; estas avaliações incidirão, em particular, sobre as partículas, o ozono, os poluentes tóxicos e outros poluentes perigosos, emissões sectoriais, progressos e perspectivas relativamente à concretização dos objectivos políticos a curto e médio prazo em matéria de qualidade do ar e contribuirão para as avaliações do impacte da qualidade do ar sobre a saúde humana e os ecossistemas.

Análise

Embora a qualidade do ar ambiente ⁽¹⁾ tenha vindo a melhorar a um ritmo constante na Europa, ainda há muito trabalho a fazer para cumprir o objectivo a longo prazo de protecção da saúde humana e do ambiente. A presença de partículas, tais como PM₁₀ e PM_{2,5}, de ozono e de poluentes tóxicos e outros poluentes perigosos no ar ambiente, assim como a deposição de diversas substâncias, continuam a ter um impacto considerável na saúde humana, nos ecossistemas, nas culturas e nas florestas. A nível das políticas, importa destacar, durante o período de vigência da nova estratégia, a implementação da nova Directiva relativa ao programa "Ar Limpo para a Europa" e a sua revisão (2013), a revisão da estratégia temática sobre a poluição atmosférica (2010) e a revisão da Directiva relativa aos valores limite nacionais de emissão actualmente em curso.

Acção

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a:

- fornecer dados, mapas e indicadores de qualidade actualizados e, sempre que possível, quase em tempo real, e um acesso racionalizado a *websites* pertinentes sobre a qualidade do ar ambiente através do SEIS e do Centro de Dados da AEA sobre o Ar;
- realizar avaliações integradas e direccionadas da poluição atmosférica e do ruído, do impacte sobre a saúde humana e o ambiente e da eficácia e co-benefícios das políticas e medidas conexas;
- disponibilizar avaliações anuais dos níveis de ozono no Verão (em conformidade com a Directiva relativa ao Ozono no Ar Ambiente) e da qualidade do ar em zonas e aglomerações (em conformidade com a Directiva relativa à Qualidade do Ar Ambiente);
- contribuir para as avaliações ambientais integradas e avaliações do ambiente e da saúde realizadas pela AEA através de uma utilização mais alargada de técnicas de modelização e técnicas avançadas de cartografia espacial, bem como da infra-estrutura INSPIRE, no nosso trabalho;
- trabalhar em estreita colaboração com a Eionet, o Centro Temático Europeu "Ar e Alterações Climáticas", os serviços atmosféricos do GMES, o Eurostat, o CCI e outros serviços da CE, a OMS, a UNECE (os programas, centros e grupos de trabalho relevantes ao abrigo desta convenção), a rede de laboratórios nacionais de referência sobre controlo da qualidade/garantia da qualidade da monitorização da qualidade do ar, outros fornecedores de dados, tais como organismos regionais, municípios, a indústria e institutos científicos, de investigação e sociais; e
- melhorar a utilização das informações sobre a qualidade do ar através de serviços multimédia, interactivos e de fácil acesso.

⁽¹⁾ A questão da poluição no interior dos edifícios é abordada no âmbito do tema transversal Ambiente e Saúde.

1.2 Emissões de poluentes atmosféricos

O nosso principal objectivo

Disponibilizar avaliações relacionadas com a emissão de poluentes para a atmosfera e, quando for o caso, para outros meios, incluindo poluentes tóxicos e perigosos. Este trabalho incluirá o acompanhamento dos progressos e o desenvolvimento de perspectivas relativamente à concretização dos objectivos estabelecidos, por exemplo, na legislação europeia e internacional pertinente, bem como a avaliação da eficácia das políticas e medidas europeias destinadas a reduzir as emissões.

Análise

Embora se tenha assistido a uma diminuição das emissões dos principais poluentes atmosféricos nos últimos anos, a poluição atmosférica ainda tem um impacto adverso significativo na saúde humana, nos ecossistemas e nas culturas. As emissões poluentes provenientes, em geral, de grandes e pequenas instalações e de fontes difusas, como os transportes, a agricultura e as residências particulares, continuam a ser motivo de preocupação.

Em 2009, o Protocolo à Convenção LRTAP da UNECE relativo à redução da acidificação, eutrofização e ozono troposférico, bem como a Directiva relativa aos valores limite nacionais de emissão (VNE) e a Directiva relativa à Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP) ainda estarão em fase de revisão. Além disso, perto do final de 2009, será introduzido o Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes (PRTR europeu), que substituirá o actual Registo Europeu das Emissões de Poluentes (EPER).

Acção

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a:

- fornecer dados e indicadores de qualidade actualizados e, sempre que possível, quase em tempo real e um acesso racionalizado a *websites* pertinentes sobre as emissões de poluentes atmosféricos através do SEIS, da infra-estrutura INSPIRE e do Centro de Dados da AEA sobre o Ar;
- apoiar a Comissão Europeia nos esforços de racionalização da recolha e comunicação de dados sobre a emissão de poluentes atmosféricos e gases com efeito de estufa ao abrigo da legislação em vigor, nomeadamente a Directiva VNE e o mecanismo de vigilância das emissões de gases com efeito de estufa;
- elaborar os relatórios anuais da UE sobre o inventário de emissões destinados à Convenção da UNECE sobre a poluição atmosférica transfronteiras a longa distância e à Directiva relativa aos valores limite nacionais de emissão e, em conjunto com o EMEP, analisar os dados do inventário nacional de emissões de poluentes atmosféricos;
- disponibilizar avaliações sobre as sinergias e os compromissos entre as políticas de redução das emissões de poluentes atmosféricos e das emissões de gases com efeito de estufa e sobre a eficácia de determinadas políticas na redução das principais emissões de poluentes atmosféricos e seus efeitos sobre a qualidade do ar;
- trabalhar em estreita colaboração com a Eionet e outros fornecedores de dados, o Centro Temático Europeu "Ar e Alterações Climáticas" da AEA, a Convenção da UNECE sobre a poluição atmosférica transfronteiras a longa distância (especialmente o programa EMEP, o seu centro sobre inventários e previsões de emissões e o seu grupo de trabalho sobre inventários e previsões de emissões) e com os serviços da Comissão Europeia (incluindo o Eurostat e o CCI);
- publicar, no *website* da AEA, o manual dos inventários de emissões de poluentes atmosféricos do EMEP/AEA, que será regularmente actualizado pelo grupo de trabalho do EMEP/UNECE sobre inventários e previsões de emissões; e
- alojar o *website* do PRTR europeu da Comissão Europeia e a base de dados IRIS e contribuir para as actividades conexas de elaboração de relatórios.

1.3 Biodiversidade

O nosso principal objectivo

Fornecer informações, dados e análises sobre a diversidade biológica na água, nos sistemas terrestres, no solo e na atmosfera através de um quadro analítico integrado que irá apoiar cada área prioritária e elementos comuns a todas elas, incluindo o acompanhamento dos progressos e o desenvolvimento de perspectivas relativamente à concretização dos objectivos estabelecidos, por exemplo, na legislação europeia e internacional pertinente, bem como a avaliação da eficácia das políticas e medidas europeias.

Análise

Ao longo dos próximos cinco anos, assistiremos a um alargamento da área política da UE relativa à biodiversidade, devido a uma maior consciencialização quanto à importância da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos para o bem estar humano. As três prioridades políticas para o período de 2009–2013 serão as seguintes: a protecção de espécies e habitats fundamentais ao abrigo das Directivas relativas a aves selvagens e habitats; o compromisso de travar a perda de biodiversidade na UE até 2010 e informar sobre os progressos alcançados com base em indicadores (SEBI 2010); e uma visão a mais longo prazo sobre a conservação da saúde e resiliência dos serviços ecossistémicos (ver secção 2.3).

A articulação destas prioridades é importante por dois motivos: em primeiro lugar, porque a perda da biodiversidade, em especial das espécies e habitats, resulta num declínio dos “serviços ecossistémicos” que os sistemas naturais fornecem; e, em segundo lugar, porque estas e muitas outras interconexões entre as três prioridades exigem uma abordagem coerente aos dados e análises, a fim de evitar fluxos de dados paralelos desnecessários.

Acção

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a:

- fornecer, através do SEIS, da infra estrutura INSPIRE e dos Centros de Dados Ambientais da AEA sobre Biodiversidade e Ecossistemas e Uso do Solo, dados de qualidade para apoiar as iniciativas europeias em matéria de comunicação de dados, sobretudo as Directivas “Natureza”;

- elaborar análises sobre o estado e as tendências de determinadas espécies e habitats, em conformidade com os artigos aplicáveis da legislação comunitária em vigor;
- informar sobre os progressos alcançados face aos objectivos europeus e globais de travar/reduzir a perda de biodiversidade, com a ajuda do projecto de Racionalização dos Indicadores de Biodiversidade Europeus para 2010;
- disponibilizar análises espaciais dos conflitos e potenciais compromissos existentes entre os objectivos de biodiversidade, desenvolvimento económico e sociais, dedicando especial atenção aos objectivos em matéria de alterações climáticas e conservação;
- utilizar os dados analíticos e resultados dos projectos de investigação sobre biodiversidade financiados pela UE nos relatórios periódicos da AEA sobre o estado e as perspectivas para o ambiente, bem como na Avaliação dos Ecossistemas Europeus (Eureca 2012); e
- melhorar as comunicações da AEA sobre espécies, habitats e a sua agregação em indicadores, de modo a que possam ser utilizadas pelos decisores políticos, cidadãos e meios de comunicação social através de canais multimédia, nomeadamente o mecanismo de recolha e transmissão de informações da Comunidade Europeia no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica.

1.4 Emissões de gases com efeito de estufa

O nosso principal objectivo

Acompanhar e avaliar os progressos no sentido da concretização dos objectivos políticos da UE em matéria de emissões de gases com efeito de estufa (Quioto e 2020), avaliar a eficácia das políticas e medidas europeias destinadas a mitigar as alterações climáticas, e apoiar o desenvolvimento de estratégias a longo prazo de mitigação das alterações climáticas.

Análise

O aquecimento global terá vastas consequências. As medidas de combate às alterações climáticas globais são viáveis tanto do ponto de vista técnico como económico, em comparação com os elevados custos da inacção neste domínio. Os objectivos do Protocolo de Quioto, que deverão ser concretizados até 2012, constituem um primeiro passo neste sentido. A principal legislação em vigor neste domínio diz respeito à partilha do esforço de redução das emissões entre os Estados Membros com vista a atingir o objectivo de Quioto, ao regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE (ETS), que visa o sector de produção de energia e as indústrias com um consumo de energia intensivo, e ao mecanismo europeu de vigilância das emissões de GEE. É necessário reduzir ainda mais as emissões de gases com efeito de estufa a nível global para atingir o objectivo proposto pela UE para limitar as alterações a um aumento máximo da temperatura de + 2 °C acima do nível pré industrial. No âmbito da UNFCCC, está a ser criado um regime global pós Quioto, estando previsto o estabelecimento de um acordo até ao final de 2009 em Copenhaga.

Action

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a:

- fornecer, através do SEIS e do Centro de Dados da AEA sobre as Alterações Climáticas, dados, informações e indicadores recolhidos de países ao abrigo da legislação da UE pertinente no domínio da mitigação das alterações climáticas com vista a apoiar as iniciativas europeias de comunicação de dados, tais como o inventário anual dos gases com efeito de estufa da UE, bem como estimativas mais actualizadas, uma contabilidade completa dos créditos de emissões em conformidade com o Protocolo de Quioto e a legislação europeia, actualizações regulares dos indicadores de emissões de GEE e análises anuais das previsões e da eficácia

das políticas e medidas que visam a concretização dos objectivos de Quioto para 2008–2012 e de novos objectivos que tenham eventualmente sido estabelecidos;

- disponibilizar relatórios anuais sobre as experiências dos Estados membros com o ETS da UE, que passarão também a incluir uma avaliação da eficácia do ETS, dos projectos relativos aos mecanismos de Quioto e, possivelmente, de outros projectos e mercados de trocas de emissões de carbono;
- elaborar análises e avaliações dos mecanismos de realização de uma economia “mais verde” e com reduzidas emissões de carbono. Estas incluem perspectivas integradas sobre a mitigação e adaptação às alterações climáticas e cenários futuros alternativos, estabelecendo a ligação entre desenvolvimentos socioeconómicos, emissões, sistemas de contabilidade do carbono e impacte sobre a qualidade da água, a quantidade de água, a biodiversidade, o solo, as florestas e oceanos enquanto sumidouros ou fontes, e co benefícios para a qualidade do ar e a saúde pública;
- apoiar o projecto da Comissão Europeia relativo à racionalização da recolha e comunicação de dados sobre a emissão de poluentes atmosféricos e GEE ao abrigo da legislação em vigor, incluindo da Directiva VNE e do Mecanismo de Vigilância das Emissões de Gases com Efeito de Estufa;
- prestar apoio à revisão da UNFCCC e a quaisquer questões técnicas suscitadas no âmbito do processo de negociação desta convenção; e
- facilitar o acesso a relatórios, dados, indicadores e outras informações através do Centro de Dados da AEA sobre Alterações Climáticas, disponibilizando simultaneamente as correspondentes ferramentas analíticas e de apoio à decisão.

1.5 Água doce

O nosso principal objectivo

Apoiar as políticas europeias relacionadas com a qualidade e quantidade de água, disponibilizando avaliações integradas sobre a qualidade, quantidade e utilização de água, acompanhar os progressos e desenvolver perspectivas relativamente à concretização dos objectivos políticos e à implementação de sistemas de garantia da qualidade, com base em dados, indicadores, modelos e análises actualizados e, sempre que possível, quase em tempo real.

Análise

Não obstante as melhorias que se verificaram nos últimos anos, muitos ecossistemas de água doce da Europa ainda se encontram em risco devido às contínuas emissões de poluentes para a água, em especial provenientes da agricultura, das modificações físicas dos cursos de água para facilitar, por exemplo, a navegação e a produção de energia hidroeléctrica, bem como ao impacte de fenómenos extremos e má gestão dos recursos, dando origem a inundações e secas.

Na UE, a Directiva Quadro da Água (DQA) e as directivas relativas à água a ela associadas proporcionam um quadro integrado para dar resposta a este vasto e diversificado conjunto de desafios que se colocam à gestão dos recursos hídricos. O primeiro conjunto de Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas e Programas de Medidas Conexos, em 2009, são um marco importante, na medida em que assinalam a transição da fase de preparação para a fase de execução da implementação da DQA. Uma implementação adequada exige uma integração contínua das actividades sectoriais (agricultura, desenvolvimento rural, economia, energia, transportes, infra estruturas hídricas) e tem de ser apoiada por um intenso intercâmbio de informações sobre boas práticas e medidas adequadas e eficientes entre os intervenientes relevantes.

Acção

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a:

- fornecer, através do SEIS, do Centro de Dados da AEA sobre a Água e do Sistema de Informação sobre a Água para a Europa (WISE), dados,

informações e indicadores fornecidos pelos países ao abrigo da legislação da UE pertinente no domínio das emissões para a água e da qualidade e quantidade de água, com vista a apoiar as iniciativas europeias no domínio da comunicação de dados, incluindo a análise, em 2012, do estado das águas superficiais e subterrâneas na Comunidade em apoio do artigo 18.º da DQA;

- disponibilizar avaliações integradas sobre a poluição da água, a quantidade de água e a eficácia das políticas, utilizando o quadro Forças Motoras, Pressões, Estado, Impacte e Respostas, os conceitos de Gestão Integrada de Recursos Hídricos, serviços ecossistémicos, contabilidade dos recursos, resiliência e cartografia espacial;
- fornecer informações e análises na área dos balanços hidrológicos e adaptação às alterações climáticas através de um Sistema de Informação sobre a Escassez de Água e as Secas em colaboração com o CCI;
- disponibilizar avaliações de bens e serviços hídricos, salientando o contexto mais vasto dos ecossistemas, da biodiversidade, do impacte das espécies alóctones invasivas, dos efeitos da intrusão salina, das inundações e das oscilações de temperatura;
- facilitar o acesso a relatórios, dados, incluindo em tempo quase real, indicadores, informações e correspondentes ferramentas analíticas; e
- melhorar os conhecimentos do público sobre as questões da qualidade e quantidade de água e das alterações climáticas através de serviços multimédia, interactivos e de fácil acesso.

1.6 Ambiente marinho

O nosso principal objectivo

Apoiar as políticas europeias e internacionais relacionadas com o ambiente marinho, bem como a sua execução, fornecendo avaliações integradas do ambiente marinho realizadas pela AEA, abordando, entre outros aspectos, as ligações entre a saúde dos ecossistemas marinhos e o bem estar humano, com base em dados, indicadores, modelos e análises actualizados.

Análise

As pressões humanas sobre o ambiente marinho resultantes da pesca, da exploração da energia e dos recursos, do turismo, do transporte marítimo e da poluição são, no seu conjunto, cada vez maiores, e os ecossistemas marinhos da Europa encontram-se, de um modo geral, em mau estado. As alterações climáticas vêm agravar estas pressões, gerando impactos como o aumento das temperaturas e a acidificação dos oceanos, que já estão a diminuir a capacidade dos mares e oceanos absorverem os gases com efeito de estufa da atmosfera e a prejudicar o funcionamento de alguns organismos marinhos. A UE adoptou agora uma "abordagem ecossistémica" à gestão das actividades humanas desenvolvidas no ambiente marinho através das suas estratégias e directivas.

Para assegurar a eficácia da implementação à escala pan europeia, será necessário melhorar significativamente a caracterização da situação actual, das tendências passadas e das perspectivas, utilizando para isso, dados e informações comparáveis, incluindo forças motoras e pressões socioeconómicas, bem como analisar melhor as opções ao nível da actual e futura utilização do ambiente marinho e dos mares regionais, e as consequências ambientais dessa utilização.

Acção

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a:

- prestar apoio, através do SEIS, do Centro de Dados da AEA sobre a Água e do Sistema de Informação sobre a Água para a Europa (WISE), à clarificação das necessidades em termos de monitorização e avaliações, estabelecimento, racionalização e melhoria do acesso a novos

fluxos de dados, informações e indicadores sobre o ambiente marinho ao abrigo da legislação da UE pertinente, especialmente a Directiva Quadro "Estratégia Marinha" e a Directiva Quadro da Água (águas costeiras);

- reforçar o quadro de avaliações integradas da AEA sobre o ambiente marinho através de uma maior cobertura dos componentes do DPSIR, utilizando melhores indicadores e integrando aspectos da abordagem dos serviços ecossistémicos (por ex., avaliação económica), a iniciativa no âmbito da política marítima de criação de uma Rede Europeia de Observação e de Dados sobre o Meio Marinho (EMODNET), a INSPIRE, perspectivas e cenários;
- contribuir para o estabelecimento dos serviços marinhos fundamentais do GMES;
- reforçar as nossas sinergias com as convenções marítimas regionais e das Nações Unidas, a comunidade científica e a sociedade civil organizada, tendo em vista a elaboração de avaliações integradas da AEA sobre o ambiente marinho que reflectam, de forma mais precisa, as condições de cada mar regional europeu; e
- elaborar avaliações integradas sobre o ambiente marinho e a eficácia das políticas da UE, incluindo a biodiversidade, a qualidade da água, as pescas e as questões marítimas, bem como sobre o estado e o valor dos bens e serviços dos ecossistemas marinhos em diferentes cenários políticos pertinentes, e contribuir para as avaliações do ambiente marinho na região do Báltico durante a Presidência sueca em 2009 e a Presidência espanhola em 2010, no Mediterrâneo no âmbito da iniciativa Horizonte 2020, e no Ártico, destinadas à CE e aos Conselhos Nórdico e Ártico, bem como para a Eureka 2012.

Área estratégica 2 Temas transversais



O reconhecimento de que a realidade está a mudar rapidamente levou a um aumento da procura de análises integradas transversais. Os padrões de consumo e produção da Europa, a sua influência sobre as alterações climáticas e a biodiversidade, a forma como são servidos pelos ecossistemas mundiais e o modo como estes padrões podem ser adaptados às novas realidades são questões que ocupam claramente um lugar de destaque. Consequentemente, é cada vez maior a necessidade de dispor de informações interligadas sobre todos estes processos. Numa economia globalizada em que as pessoas, as empresas e os governos podem exercer uma influência a nível global, são muitos e variados os tipos de políticas susceptíveis de afectar a resiliência do ambiente e dos recursos naturais, tanto em terra como no mar.

Dos transportes à energia, da agricultura ao comércio e do turismo ao bem estar das pessoas, todas as actividades humanas podem assumir formas susceptíveis de produzir consequências involuntárias em cascata, as quais poderão provocar mudanças rápidas e não lineares e “pontos de ruptura” no ambiente natural. São muitas as incertezas subjacentes a estas realidades e à sua evolução. Porém, não restam dúvidas de que a relação entre o ambiente e a economia tem sido marcada por um forte desequilíbrio.

Objectivo geral para 2009–2013

Apoiar a definição e a avaliação de políticas relacionadas com os temas transversais através das seguintes medidas:

- desenvolvendo os resultados da estratégia de 2004–2008 no que respeita aos métodos e análises necessários para produzir avaliações transversais, tais como análises espaciais, indicadores de impacto, perspectivas e cenários, avaliações da eficácia das políticas e avaliações económicas;

- aplicando estes métodos de forma mais explícita a uma série de temas transversais abrangidos por esta área estratégica, tais como a integração sectorial, as alterações climáticas, o consumo e produção sustentáveis e as políticas marítimas, territoriais e de coesão;
- dedicando especial atenção a questões prioritárias para a SOER 2010, a Eureka 2012 e o IPCC 2013; e
- criando alianças e capacidades no seio das nossas redes, a fim de realizar as referidas análises e avaliações transversais no contexto do SEIS.

Este trabalho está dividido em dez grandes temas sectoriais que permeiam o panorama político e ambiental da União Europeia:

- **Impacto das alterações climáticas**
- **Vulnerabilidade e adaptação**
- **Ecossistemas**
- **Ambiente e saúde**
- **Questões marítimas**
- **Consumo e produção sustentáveis e resíduos**
- **Uso do solo**
- **Agricultura e silvicultura**
- **Energia**
- **Transportes**

2.1 Impacte das alterações climáticas

O nosso principal objectivo

Contribuir directamente para a definição das políticas europeias sobre o impacte das alterações climáticas, aperfeiçoando os indicadores pertinentes, realizando avaliações que tomem em consideração os factores socioeconómicos da Europa, utilizando tendências passadas, previsões a curto prazo, análises espaciais, avaliações prospectivas e análises da eficácia das políticas, incluindo aspectos económicos.

Análise

Não obstante as fortes medidas adoptadas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, as alterações climáticas deverão continuar a afectar os recursos naturais e as actividades humanas. Mesmo que o objectivo estabelecido pela UE de limitar o aumento máximo da temperatura a + 2 °C seja alcançado, haverá muitos outros impactes a considerar. As alterações climáticas representam mais uma pressão sobre os sistemas naturais e humanos, os quais já se encontram pressionados pela globalização e pelos padrões de aumento do consumo em todo o mundo.

Em 2008, a AEA em colaboração com o Centro Comum de Investigação e a Organização Mundial da Saúde, elaborou o seu relatório sobre o impacte das alterações climáticas com base em mais de 40 indicadores que abrangem o impacte físico, biológico e sobre a saúde. Em todos os aspectos, as conclusões deste relatório apontam no sentido da generalização e intensificação das mudanças associadas às alterações climáticas. Os dados provenientes de diversos programas de observação global e medição in situ também revelam que nos defrontamos com condições mais desfavoráveis do que as previstas nas estimativas mais pessimistas do relatório do IPCC de 2007.

Acção

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a:

- melhorar e manter informações, dados, indicadores e modelos sobre o impacte das alterações climáticas no Centro de Dados Ambientais da AEA sobre as Alterações Climáticas e articulá-los com as informações e os dados dos Centros de Dados Ambientais sobre a Água, a Biodiversidade e o Uso do Solo;
- realizar uma série de avaliações sobre o impacte das alterações climáticas e avaliações conexas em áreas temáticas associadas a estratégias de âmbito mais vasto sobre o ambiente e a sustentabilidade, destinadas às avaliações SOER 2010 e Eureka 2012, bem como a actualizar regulamente a avaliação baseada em indicadores sobre o impacte das alterações climáticas na Europa, a fim de responder aos novos pedidos de apoio;
- trabalhar com equipas de investigação de toda a Europa, a fim de melhorar a regionalização dos estudos prospectivos sobre o impacte das alterações climáticas;
- desenvolver modelos e dados, em parceria com o CEPMM, com vista à criação de um pequeno arquivo sobre alterações climáticas para a realização de reconstituições e previsões sobre o clima da Europa à escala espacial sub regional; e
- criar produtos multimédia, multilingues e de fácil acesso sobre a magnitude do impacte das alterações climáticas.

2.2 Vulnerabilidade e adaptação

O nosso principal objectivo

Apoiar a definição de novas políticas da UE e europeias sobre vulnerabilidade e adaptação às alterações climáticas e sobre a prevenção e gestão de catástrofes, proporcionando acesso *on-line* a informações ambientais pertinentes, observações para cartografia espacial rápida e ferramentas de apoio à decisão, através dos serviços do SEIS e do GMES, a fim de ajudar os Estados membros a cumprirem os seus objectivos em matéria de gestão do impacto das alterações climáticas, adaptação, mapas de vulnerabilidade, prevenção e gestão de catástrofes.

Análise

Na Europa, a vulnerabilidade dos recursos naturais e das actividades humanas está a aumentar devido às alterações climáticas. Esta vulnerabilidade manifesta-se, nomeadamente, através de temperaturas extremas, precipitação, inundações, temporais, secas, incêndios florestais, intensificação da utilização dos solos, desenvolvimento industrial, expansão urbana, construção de infra-estruturas e perda da biodiversidade. O Livro Verde sobre a adaptação às alterações climáticas, adoptado pela UE em 2007, sublinha o risco acrescido de danos para as pessoas, as infra-estruturas e o ambiente na UE, chamando ainda a atenção para a necessidade de uma acção precoce e de uma resposta política na Europa.

No âmbito da UNFCCC, está a ser implementado um programa de trabalho quinquenal sobre impacto, vulnerabilidade e adaptação. Está ainda a ser desenvolvido um regime global pós-Quito, que incluirá a adaptação às alterações globais, estando previsto um acordo para o final de 2009 em Copenhaga.

A Comissão Europeia está agora a preparar um Livro Branco sobre a adaptação às alterações climáticas, que contempla opções para a integração da adaptação nas políticas da UE nas regiões mais vulneráveis. A Comissão Europeia tem também planeada uma Comunicação sobre uma iniciativa comunitária no domínio da prevenção de catástrofes, que visa reunir as informações de forma mais sistemática para apoiar as acções desenvolvidas em toda a UE.

Acção

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a:

- recolher, gerir e avaliar dados relevantes para as políticas a nível europeu, tendo em vista a elaboração de mapas de vulnerabilidade ambiental transfronteiras na UE e nos países vizinhos, em colaboração com outras organizações europeias (ou seja, DG ENV, CCI, EMSA, ESA);
- elaborar relatórios sobre os planos nacionais de adaptação às alterações climáticas e fornecer orientações e apoio ao intercâmbio de informações sobre estratégias regionais de prevenção, gestão e adaptação e melhores práticas;
- avaliar o impacto ambiental das catástrofes naturais e dos acidentes industriais ocorridos na Europa, bem como as medidas adoptadas para assegurar a sua gestão e prevenção, a fim de complementar as informações sobre prejuízos económicos e impacto social recolhidas por outras organizações;
- apoiar a criação de um mecanismo comunitário de recolha e transmissão de informações e melhores práticas sobre prevenção e gestão de catástrofes, em colaboração com redes de intervenientes relevantes neste domínio em toda a Europa; e
- desenvolver o protótipo de um "Centro Europeu de Recolha e Transmissão de Informações sobre Impacte, Vulnerabilidade e Adaptação às Alterações Climáticas", com vista a facultar o acesso a dados e cenários europeus sobre alterações climáticas, com informações sobre acções e boas práticas, incluindo custos económicos, associado ao Centro de Dados da AEA sobre Alterações Climáticas e compatível com um centro de recolha e transmissão de informações sobre a prevenção e gestão de catástrofes.

2.3 Ecossistemas

O nosso principal objectivo

Apoiar a inclusão de uma perspectiva de ecossistemas e serviços na avaliação das actuais e futuras políticas temáticas e do desenvolvimento sectorial da UE em fóruns políticos regionais e internacionais, bem como nos quadros de indicadores, principais relatórios e avaliações integradas da AEA, tais como a SOER 2010 e a Eureka 2012.

Análise

Os serviços ecossistémicos representam a transformação de uma série de bens ambientais em produtos de que as pessoas necessitam, que lhes trazem benefícios ou que elas valorizam. Estes incluem serviços de aprovisionamento — produtos obtidos dos ecossistemas, nomeadamente recursos genéticos, alimentos e fibra, água doce; serviços reguladores — benefícios decorrentes da regulação dos processos ecossistémicos, nomeadamente controlo de inundações e doenças, clima, água e saúde humana; serviços culturais — incluindo benefícios intangíveis, tais como as actividades recreativas, os valores estéticos e a riqueza espiritual; e serviços de apoio — aqueles que são necessários para a produção de todos os outros serviços ecossistémicos, tais como a produção de biomassa, ar limpo, ciclo dos nutrientes, ciclo da água.

Estes serviços naturais não são devidamente tomados em consideração pelos mercados económicos, pelas políticas governamentais e pelas práticas de gestão do solo e, conseqüentemente, muitos serviços ecossistémicos correm o risco de se perderem ou de perderem a sua resiliência. Uma implementação mais vasta do conceito de serviços ecossistémicos na Europa, associada ao seguimento da Avaliação do Ecossistema do Milénio de 2005 e à iniciativa do G8+5 para a reunião, em 2010, da Convenção sobre a Diversidade Biológica relativa à economia dos ecossistemas e à biodiversidade, reforçará os argumentos económicos a favor de uma mudança das prioridades políticas, das acções e do financiamento no cenário político ambiental, chamando ainda a atenção de outras partes interessadas provenientes de diferentes sectores, a fim de as sensibilizar para a importância económica da mudança.

Acção

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a:

- elaborar a Eureka 2012, a primeira avaliação dos ecossistemas para a Europa, que será tomada em consideração no seguimento da Avaliação do Ecossistema do Milénio;
- apoiar o relatório sobre a economia dos ecossistemas e a biodiversidade (TEEB), a Avaliação do Ecossistema do Milénio e a iniciativa “New Deal” verde global do PNUA no que respeita à contabilidade de recursos, documentação da resiliência dos ecossistemas, e a fornecer análises da sua avaliação;
- reforçar a sensibilização para o valor e a utilização dos recursos naturais através de análises de mecanismos de mercado para os serviços ecossistémicos;
- melhorar os conhecimentos sobre os limites e a resiliência dos ecossistemas europeus e, em especial, no que respeita às alterações climáticas (por ex., absorção de carbono, dinâmica trófica, aprovisionamento e fragmentação da paisagem);
- maximizar a utilização dos dados e técnicas de modelização espacial existentes para apoiar as análises sobre a saúde e a resiliência dos serviços ecossistémicos na Europa e no resto do mundo em termos da “pegada” ecológica e das novas exigências sectoriais da Europa;
- actualizar os quadros de indicadores da AEA, incluindo o projecto SEBI 2010, utilizando uma abordagem baseada nos serviços ecossistémicos e integrando os nas avaliações da AEA; e
- disponibilizar comunicações e material didáctico sobre serviços ecossistémicos ao público, aos decisores políticos e aos cientistas através de canais multimédia, incluindo o mecanismo de recolha e transmissão de informações da Comunidade Europeia no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica.

2.4 Ambiente e saúde

O nosso principal objectivo

Realizar, em colaboração com a OCDE, o Eurostat, o Centro Comum de Investigação e agências da UE, diversas avaliações e exercícios de recolha de dados, a fim de apoiar a definição de políticas destinadas a reduzir o impacto adverso dos poluentes, produtos químicos e várias tecnologias sobre a saúde humana. Será igualmente dedicada especial atenção aos estudos que sublinham a necessidade de uma acção precoce e aos benefícios das medidas de prevenção e precaução.

Análise

A qualidade ambiental e a sua relação com a saúde humana são reconhecidas como uma das prioridades do 6.º Programa de Acção em Matéria de Ambiente, encontrando igualmente expressão no novo Programa de Acção Comunitária no domínio da saúde para 2008–2013, no Plano de Acção da UE em Matéria de Ambiente e de Saúde para 2004–2010, na Estratégia de Desenvolvimento Sustentável renovada da UE, nas principais políticas da UE sobre produtos químicos e no Plano de Acção da Organização Mundial da Saúde para o Ambiente e a Saúde das Crianças. As avaliações intercalares destes programas reconheceram os progressos alcançados, mas sublinharam a necessidade de intensificar o trabalho no futuro.

No Conselho da UE que teve lugar recentemente, os ministros da saúde sublinharam a necessidade de uma acção precoce, os benefícios das medidas de prevenção e precaução e a necessidade de criar ferramentas para antecipar, prevenir e responder a potenciais ameaças relacionadas com novas questões e questões recorrentes, tais como a nanotecnologia, bem como de reforçar a participação das partes interessadas relevantes através da criação de parcerias transectoriais a todos os níveis. Apelaram igualmente à recolha de informações sobre determinantes ambientais com um impacto positivo sobre a saúde, tais como ambientes biodiversos, meios de transporte não motorizados e condições de habitação.

Acção

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a:

- melhorar a acessibilidade das informações sobre o ambiente, a saúde e os produtos químicos, incluindo através do desenvolvimento de mais

indicadores, análises espaciais e ligações ao SEIS e ao GMES;

- testar a aplicabilidade de várias abordagens metodológicas, incluindo a biomonitorização, para proceder a estimativas sobre o impacto positivo e negativo dos poluentes (incluindo materiais plásticos, desreguladores endócrinos, culturas geneticamente modificadas para a produção de combustível e fibras) presentes no ambiente e nos ecossistemas (incluindo ar ambiente, ar no interior dos edifícios, água e solo) sobre o funcionamento dos ecossistemas e a saúde e bem estar humanos;
- examinar a carga ambiental dos poluentes e dos produtos químicos, incluindo aspectos relacionados com a idade, o estatuto socioeconómico e os antecedentes migratórios;
- contribuir para as avaliações mais importantes da AEA, incluindo a SOER 2010 e a Eureka 2012, as suas avaliações regionais e vários relatórios e avaliações internacionais, tais como a Conferência Ministerial das Nações Unidas "Ambiente para a Europa";
- elaborar um relatório sobre o trabalho de Bradford Hill sobre os critérios de causalidade no domínio do ambiente e da saúde;
- colaborar com parceiros-chave em processos interinstitucionais da UE de relevo e em eventos e reuniões importantes, tais como a Conferência Ministerial da OMS e a conferência de 2009 da Associação Europeia de Saúde Pública; e
- aperfeiçoar as ferramentas de apoio à decisão no que respeita à incerteza, ao risco, à ignorância e à precaução no âmbito de questões-chave relacionadas com o ambiente e a saúde.

2.5 Questões marítimas

O nosso principal objectivo

Reforçar a cooperação e apoiar as actividades relacionadas com a produção de dados informação no domínio da política marítima e marinha da UE, que permitam identificar, explorar e analisar dados económicos sobre as actividades marítimas, avaliar o ordenamento do espaço marinho e colaborar com as fontes de informação com vista à integração da informação ambiental pertinentes.

Análise

A política marítima da UE e o seu pilar ambiental, a Directiva Quadro “Estratégia Marinha”, colocam a abordagem baseada nos ecossistemas no centro de uma resposta política integrada às questões relacionadas com os oceanos, os mares e as zonas costeiras. Esta abordagem toma em consideração o elevado potencial ambiental dos mares e sistemas costeiros europeus relativamente à prestação de serviços ecológicos vitais face às crescentes pressões criadas pelas alterações climáticas e à intensificação e diversificação de actividades económicas concorrentes (transporte marítimo, pesca, energia e exploração de recursos, entre outras) em toda a zona marítima europeia.

As avaliações integradas exigem agora novos métodos de monitorização e analíticos mais abrangentes. Estes métodos terão por base os novos desenvolvimentos ao nível da tecnologia e dos sistemas de informação, tais como o Atlas Europeu dos Mares, e o apoio específico à Rede Europeia de Observação e de Dados sobre o Meio Marinho (EMODNET) com as suas ligações ao módulo marinho do WISE e ao SEIS. Estes ajudarão a estabelecer a ligação entre fontes de informação e a proporcionar um acesso *on-line* partilhado aos dados necessários para apoiar o ordenamento do espaço marinho e a elaboração de relatórios sobre o estado do ambiente.

Acção

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a:

- estabelecer uma metodologia comum para a elaboração de mapas multidimensionais (por ex., paisagem marinha bentónica) e funcionais (por ex., potencial energético, zonas de refúgio) dos mares europeus, com vista a contribuir para o Atlas Europeu dos Mares, disponibilizar avaliações pertinentes em termos

espaciais e contribuir igualmente para o módulo marinho do Sistema de Informação sobre a Água para a Europa (WISE);

- harmonizar a caracterização dos mapas dos fundos marinhos e habitats, tornando-os compatíveis com os mapas de grande escala e a classificação do EUNIS;
- realizar análises sobre a contabilidade dos ecossistemas marinhos no que respeita às actividades marítimas socioeconómicas;
- contribuir para a plataforma de informações espaciais do WISE, tendo em vista a extracção, visualização e discussão de dados com ligação à Rede Europeia de Observação e de Dados sobre o Meio Marinho (EMODNET);
- disponibilizar a parte marítima e apoiar a abordagem integrada no resumo anotado relativo às questões marinhas/marítimas abordadas na SOER 2010, dedicando especial atenção à avaliação da eficácia das políticas e práticas de ordenamento do espaço marinho;
- participar na avaliação da política marítima relevante, contribuindo, deste modo, para a análise de questões conexas (por ex., turismo, transportes), bem como de outros aspectos regionais, a fim de apoiar o relatório bienal de síntese sobre os progressos da iniciativa Horizonte 2020, a estratégia para a região do Mar Báltico durante a Presidência sueca em 2009 e a Presidência espanhola em 2010; e
- facilitar o acesso a relatórios, dados, indicadores e outras informações através do Centro de Dados da AEA sobre a Água, disponibilizando simultaneamente as correspondentes ferramentas analíticas.

2.6 Consumo e produção sustentáveis e resíduos

O nosso principal objectivo

Apoiar as actividades globais, europeias e nacionais sobre consumo e produção sustentáveis, gestão de recursos e de resíduos, reforçando a base analítica através do desenvolvimento e utilização de indicadores de CPS e outros indicadores estruturais, análises do ciclo de vida, contas ambientais, avaliações integradas, perspectivas e cenários, dedicando especial atenção à habitação, aos produtos alimentares, à mobilidade e ao turismo/recreação.

Análise

É cada vez mais evidente que nós, enquanto europeus, temos de assumir a responsabilidade pelo impacte ambiental dos nossos padrões de consumo e produção na Europa e pelo impacte ambiental do seu ciclo de vida noutras regiões do mundo. Tal passa por uma gestão sustentável dos recursos materiais e dos resíduos.

A importância do consumo e produção sustentáveis (CPS), incluindo a geração de resíduos e a utilização de recursos, está patente nos planos e prioridades políticas, em especial na análise da Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNCSD) sobre CPS e resíduos de 2010–2011, no Plano de Acção para o Consumo e Produção Sustentáveis e na política industrial sustentável da UE, na revisão das estratégias temáticas sobre a utilização sustentável dos recursos naturais e sobre a prevenção e reciclagem de resíduos em 2010, noutras políticas da UE sobre resíduos, incluindo a revisão da Directiva Quadro da Água, e nas políticas nacionais sobre CPS, recursos e resíduos. Traduz se igualmente numa atenção acrescida das empresas à responsabilidade social, à eficiência na utilização dos recursos e aos sistemas de gestão ambiental, bem como numa maior atenção aos padrões de consumo sustentável na Europa.

Acção

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a:

- criar e manter indicadores sobre consumo e produção sustentáveis, resíduos e recursos através do SEIS e dos Centros de Dados Ambientais do Eurostat;
- apoiar a implementação do Plano de Acção da UE sobre CPS, das estratégias temáticas da UE, das políticas nacionais sobre CPS, do processo de Marraquexe global sobre CPS e a análise da

UNCSD sobre CPS através de avaliações da eficácia das políticas e avaliações integradas do impacte ambiental da produção e do consumo na Europa e noutras regiões do mundo;

- intensificar os esforços para, em estreita colaboração com o Eurostat, o CCI, a OCDE e as Nações Unidas, elaborar contas económicas e ambientais integradas;
- realizar análises sobre o ciclo de vida, disponibilidade e produtividade dos recursos, produtos mais ecológicos e produtos ecoeficientes;
- desenvolver perspectivas e cenários de consumo e produção sustentáveis para a Europa;
- apoiar a implementação da Directiva Quadro da Água e da Estratégia Temática de Prevenção e Reciclagem de Resíduos através da análise de vários fluxos de resíduos;
- trabalhar em colaboração com PME e outras empresas com vista a partilhar experiências e boas práticas sobre estratégias de negócio sustentáveis, responsabilidade social das empresas, EMAS e o papel dos retalhistas;
- intensificar o trabalho sobre produção sustentável e eco inovação, em colaboração com a OCDE;
- apoiar os países vizinhos na satisfação das suas necessidades de informação sobre CPS e resíduos, especialmente os países mediterrânicos no âmbito da iniciativa Horizonte 2020 e os países dos Balcãs Ocidentais que colaboram com o EEE; e
- melhorar a comunicação com os decisores políticos e os consumidores sobre formas de limitar o impacte ambiental do consumo e desenvolver opções para produtos e sistemas de produção mais sustentáveis.

2.7 Uso do solo

O nosso principal objectivo

Informar os decisores políticos, os profissionais e os cidadãos em geral sobre os conflitos e alterações potencialmente irreversíveis provocados pela intensificação da utilização do espaço e dos recursos provenientes do solo através de uma plataforma analítica para análises espaciais, modelos direccionados de utilização dos solos, integração de estatísticas socioeconómicas e informação sobre o solo em alta definição e serviços de ordenamento para examinar os processos de urbanização e uso do solo.

Análise

O novo Tratado de Lisboa da UE sublinha a necessidade de dispor de uma ferramenta política para a coordenação, coerência e sinergia das políticas sectoriais a fim de assegurar o desenvolvimento espacial sustentável e um sistema de governação a vários níveis no continente europeu. O primeiro programa de acção para a implementação da Agenda Territorial da UE procura, em especial, desenvolver uma sólida plataforma de conhecimentos e avaliações sobre o estado, perspectivas, tendências e impacte das políticas no diversificado conjunto de territórios europeus.

Ao longo da última década, a Agência tem analisado os conflitos sobre a utilização do espaço e dos recursos do solo na Europa, tendo constatado que estes se irão agravar com a urbanização, o crescimento dos transportes, a alteração das prioridades agrícolas, novas formas de turismo, a evolução das aspirações da sociedade em matéria de mobilidade e habitação, a demografia e a contínua alteração da paisagem terrestre devido às alterações climáticas, colocando em risco a resiliência ecológica e social.

Acção

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a:

- trabalhar em colaboração com o programa ESPON 2013 com vista a definir e testar um novo conjunto de indicadores territoriais para apoiar o ordenamento espacial e a compreensão de diferentes perspectivas de desenvolvimento;
- disponibilizar avaliações dos desenvolvimentos territoriais europeus, recorrendo a técnicas analíticas espaciais avançadas, tendências passadas, previsões a curto prazo, avaliações prospectivas, análises da eficácia das políticas, incluindo os aspectos económicos de cada opção, especialmente em parceria com a DG REGIO, o CCI e o Eurostat;
- trabalhar em colaboração com o Eurostat, as Nações Unidas e os serviços nacionais de estatística com vista a assegurar que as contas sobre o solo, a água e os ecossistemas elaboradas sob a direcção da AEA se tornam numa norma global de referência no quadro de Contabilidade do Ambiente das Nações Unidas;
- explorar integralmente o inventário Corine Land Cover 2006 completo e as bases de dados com ele relacionadas, em especial as informações em alta definição sobre a impermeabilização dos solos;
- apoiar o desenvolvimento dos serviços terrestres do GMES e os Sistemas de Observação Global; e
- integrar todos os conjuntos de dados e informações geoespaciais pertinentes a nível europeu através do SEIS, da INSPIRE e do Centro de Dados sobre o Uso do Solo incluindo uma base de dados operacional sobre mapas de ruído e dados sobre ruído no âmbito da implementação da ReportNet para a Directiva sobre Ruído Ambiental;
- realizar avaliações regionais e temáticas específicas (por ex., sobre zonas urbanas, montanhosas e rurais, turismo, mapas de ruído e das redes de transportes, impacte da erosão do solo, preço dos terrenos e impostos fundiários) e contribuir para a SOER 2010 e a Eureka 2012.

2.8 Agricultura e silvicultura

O nosso principal objectivo

Disponibilizar análises integradas das tendências do uso do solo na agricultura e na silvicultura através de avaliações do seu actual e futuro impacte sobre a água, os solos, a qualidade do ar, a biodiversidade e as paisagens. Este trabalho ajudará a avaliar o impacte das novas exigências da sociedade e das tendências demográficas e tecnológicas sobre o ambiente natural e a criar uma base para a avaliação das políticas e apoio às políticas sectoriais e ambientais conexas.

Análise

A utilização de solo agrícola e florestal na Europa para fins de produção de matéria prima (alimentos para seres humanos e para animais, biomassa para fins energéticos e materiais) intensificar-se-á ao longo das próximas décadas. Tal resulta das novas exigências, dos avanços tecnológicos (por ex., digestão enzimática de material celulósico, manipulação das propriedades dos alimentos, selecção de culturas, incluindo organismos geneticamente modificados, etc.) e das alterações nas práticas agrícolas. A silvicultura e a agricultura contribuem cada vez mais para utilizações finais partilhadas para edifícios, energia e biomateriais, o que gera maiores pressões sobre os terrenos disponíveis. O impacte previsto das alterações climáticas e da conversão dos solos agrícolas para os sectores urbano e dos serviços agravar-se-á devido às pressões sobre os recursos hídricos e do solo, afectando igualmente a biodiversidade, as paisagens e a qualidade do ar.

A AEA desenvolveu indicadores agro-ambientais, formulou o conceito de terrenos agrícolas de elevado valor natural e examinou a integração das políticas, nomeadamente no que respeita à produção de bioenergia.

Acção

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a:

- integrar modelos e dados económicos e biofísicos para avaliar as forças motoras do impacte ambiental das tendências socioeconómicas, com vista a contribuir para os debates sectoriais sobre as políticas no domínio da agricultura, da bioenergia e do desenvolvimento rural;
- alargar os conjuntos de indicadores sectoriais, as análises espaciais e as bases de dados sobre práticas agrícolas e novas tendências em matéria do uso do solo, por ex., o impacte combinado da produção de alimentos para seres humanos e animais e de biomassa sobre os recursos hídricos, a utilização de fertilizantes e pesticidas, métodos de movimentação do solo e estabulação, em cooperação com os serviços da Comissão e o PNUA;
- realizar avaliações sobre questões críticas, tais como o balanço do carbono associado às mudanças na utilização dos solos, tanto na Europa como a nível global, analisar o impacte ambiental de espécies alóctones e culturas geneticamente modificadas sobretudo para fins de produção de bioenergia e fibra; e
- apoiar os esforços de elaboração de contas ambientais e dos ecossistemas, que serão tomadas em consideração nas análises de adaptação e mitigação das alterações climáticas, e contribuir com estas análises para as avaliações da AEA, incluindo a Eureka 2012 e a SOER 2010.

2.9 Energia

O nosso principal objectivo

Disponibilizar avaliações integradas, análises do modo como as alterações nas políticas e actividades no sector da energia contribuem para mitigar as alterações climáticas e afectam a saúde humana e o ambiente, os custos e benefícios, os progressos em relação ao cumprimento dos objectivos políticos e a eficácia ambiental, com base em dados, modelos e indicadores actualizados.

Análise

A política da energia continuará a desempenhar um papel central no combate às alterações climáticas, assegurando simultaneamente o abastecimento de energia na Europa. A produção e o consumo de energia, nomeadamente de energia renovável, como a bioenergia, têm um impacte considerável sobre a saúde humana e o ambiente devido às emissões de poluentes atmosféricos, à produção de resíduos, à deterioração dos solos, aos derrames de petróleo, etc. A Comissão Europeia está a aperfeiçoar o pacote legislativo sobre as políticas em matéria de energia e de alterações climáticas aprovado em Dezembro de 2008, incluindo medidas destinadas a assegurar o cumprimento dos objectivos estabelecidos até 2020 em matéria de energia sustentável, combustíveis utilizados em transportes rodoviários e eficiência energética, aliados à definição de um quadro para a captura e armazenamento de carbono e ao estabelecimento de instalações de demonstração. Estão igualmente a ser desenvolvidos novos esforços no domínio da eficiência energética, que passam pela redução da procura de energia, pela promoção do estabelecimento de um verdadeiro mercado interno da energia, pelos incentivos à investigação no domínio da energia e ao desenvolvimento tecnológico e pelo reforço da cooperação internacional em questões relacionadas com a energia. Os esforços europeus neste domínio estão fortemente associados aos esforços desenvolvidos no resto do mundo.

Acção

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a:

- desenvolver e manter indicadores e boas práticas no domínio da energia e do ambiente com base nos dados e informações nacionais apresentados à AEA, à AIE, ao PNUA, ao Eurostat e a outros serviços da Comissão;
- avaliar as limitações e os benefícios ambientais das tecnologias de energia renovável, da utilização de novas tecnologias e fontes de energia, incluindo biocombustíveis e a utilização de turfeiras, captura e armazenamento de carbono, em colaboração com a Comissão Europeia, o PNUA e a comunidade de investigação e empresarial;
- disponibilizar actualizações regulares sobre os indicadores energéticos e ambientais, incluindo subsídios no domínio da energia, e contribuir para as avaliações integradas da AEA; e
- avaliar as pressões sobre o ambiente resultantes da produção e do consumo de energia, incluindo as políticas relativas à eficiência energética e ao lado da procura, a escolha de combustíveis, as vias de mitigação das alterações climáticas/segurança energética e os custos, benefícios e compromissos relativos a aspectos ambientais, tais como a água e a biodiversidade, destas vias.

2.10 Transportes

O nosso principal objectivo

Avaliar o impacto dos transportes sobre a saúde humana e o ambiente com o auxílio de indicadores, modelos e cenários sobre transportes e ambiente. Esta actividade incluirá, entre outras, o acompanhamento dos progressos alcançados na concretização dos objectivos da política ambiental no domínio dos transportes, bem como a demonstração de possíveis novas soluções de acesso e mobilidade sustentável.

Análise

Os transportes são essenciais à maioria das actividades que, no seu conjunto, constituem a base do Produto Interno Bruto de uma nação. O crescimento do volume do transporte acompanha, de um modo geral, a economia e, deste modo, influencia uma série de questões ambientais, sendo as mais importantes as alterações climáticas, a perda de habitats, a poluição sonora e a poluição atmosférica. Ainda que o aumento das emissões de gases com efeito de estufa provenientes do sector dos transportes tenha abrandado nos últimos anos, as previsões para o futuro apontam para um aumento significativo destas emissões caso não sejam implementadas medidas de mitigação adicionais.

Por conseguinte, a UE está a ponderar a implementação de uma série de políticas e medidas, tais como a inclusão da aviação no sistema europeu de comércio de licenças de emissão, a redução das emissões de CO₂ provenientes dos automóveis e a criação de sistemas de tarifação das infra-estruturas. Porém, devemos evitar que os transportes sejam exclusivamente associados às alterações climáticas; o pacote "Tornar o transporte mais ecológico" constitui um passo para alargar o debate.

A definição da política dos transportes guia-se, em grande medida, pelo objectivo de criar um "sistema de transportes mais sustentável", centrado no acesso e na mobilidade. Porém, este objectivo ainda não se concretizou e não facilita a introdução de melhorias ambientais. Em resposta à definição de objectivos cada vez mais ambiciosos ao nível das emissões de gases com efeito de estufa, torna-se necessário estabelecer objectivos sectoriais. Para assegurar eventuais benefícios secundários, estes objectivos devem igualmente contemplar todos os aspectos fundamentais (emissões atmosféricas, ruído, perda de habitats, etc.) de um "sistema de transportes sustentável" e da sua utilização.

Acção

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a:

- manter, desenvolver e racionalizar indicadores sobre os transportes e o ambiente e trabalhar em colaboração com o Eurostat, o ITF/OCDE e a Comissão Europeia (CE) para complementar os dados recolhidos pela AEA através dos parceiros da Eionet, sobretudo no domínio das avaliações sobre o ruído dos transportes, uso do solo e os padrões de transporte de mercadorias;
- realizar avaliações baseadas em indicadores dos progressos alcançados pelo sector dos transportes relativamente à integração de considerações ambientais nas suas políticas, contribuindo, deste modo, para as avaliações transversais e integradas regularmente realizadas pela AEA;
- analisar o contributo do tráfego para a qualidade do ar e o ruído nas cidades europeias;
- elaborar inventários das emissões dos transportes por área geográfica;
- apoiar o processo de melhoria do desempenho ambiental da aviação internacional e do transporte marítimo e a sua inclusão num regime pós Quioto sobre a mitigação das alterações climáticas, através do fornecimento de informações pertinentes centradas essencialmente na emissão de poluentes atmosféricos e de gases com efeito de estufa; e
- desenvolver cenários para um sistema de transportes sustentável, analisar a eficiência energética, a mobilidade e o acesso sustentáveis e sinergias com o desenvolvimento ao nível do bairro e do distrito, identificando e caracterizando diferentes medidas possíveis, opções tecnológicas, opções de gestão da procura e opções relativas ao comportamento dos utentes, em colaboração com a indústria dos transportes, o CCI e os serviços da CE.

Área estratégica 3 Avaliação ambiental integrada



É cada vez maior o número de pedidos para realizar ou contribuir para avaliações ambientais de diferentes zonas geográficas na Europa, nos países vizinhos e a nível global. Estas avaliações são necessárias para ajudar a enquadrar, apoiar e avaliar os progressos de um vasto leque de processos políticos. Multiplicam-se igualmente os pedidos para incluir informações económicas e perspectivas para o futuro nestas avaliações, bem como para abordar as incertezas. Porém, este aumento no número e diversidade de avaliações está a gerar ineficiências, sobreposições e inconsistências, que podem prejudicar a sua eficácia.

Nos termos do Regulamento que institui a AEA, esta está obrigada a publicar, de cinco em cinco anos, um relatório sobre o estado e as perspectivas para o Ambiente na Europa. O próximo relatório será publicado em 2010. Desde a sua fundação, a AEA também publicou quatro avaliações pan-europeias que abrangem os países da Europa Oriental, da Ásia Central e do Cáucaso, duas centradas no Mediterrâneo e duas no Ártico. Além disso, a AEA tem vindo a dedicar cada vez mais atenção ao desenvolvimento de cenários e aos estudos prospectivos, à avaliação económica e à análise histórica de questões relacionadas com o ambiente e a saúde, a fim de melhorar a definição de políticas e a tomada de decisões em condições de grande incerteza e complexidade.

Ao longo dos próximos cinco anos, a AEA elaborará os seus principais relatórios e avaliações quinquenais e, em conjunto com os seus parceiros, realizará e contribuirá para outras avaliações regionais, pan-europeias e globais. A Agência procurará igualmente proporcionar uma base sólida para o Programa de Acção da UE em Matéria de Ambiente.

Para assegurar o apoio destas avaliações aos processos de decisão e à definição de políticas, será dedicada uma atenção acrescida a quatro elementos:

- análises integradas da política ambiental e avaliações das políticas e medidas nacionais e regionais destinadas a proteger o ambiente, por exemplo no domínio dos transportes e das infra estruturas, da agricultura (biotecnologias e organismos transgénicos), da energia e da indústria (produção e consumo sustentáveis e nanotecnologias), do sector financeiro (seguros) e do comércio (distribuição);
- tomada de decisões em condições de risco, incerteza e complexidade e a utilização de ferramentas de apoio à decisão;
- disponibilização de mais análises sociais e económicas para ajudar a sensibilizar a sociedade para as interconexões existentes no ambiente; e
- intensificação da utilização de cenários e de outros métodos prospectivos para apoiar o desenvolvimento de futuros sustentáveis.

As actividades abrangidas por esta área estratégica correspondem a cinco temas:

- **Avaliação ambiental integrada**
- **Avaliação regional e global**
- **Apoio à decisão**
- **Aspectos económicos**
- **Futuros estratégicos**

3.1 Avaliação ambiental integrada

O nosso principal objectivo

Elaborar, publicar e divulgar um relatório de ponta em 2010 sobre o estado e perspectivas do ambiente da Europa e definir uma estratégia a longo prazo em conjunto com as nossas redes e parceiros com vista a coordenar futuros relatórios e avaliações globais, regionais, temáticos e sectoriais.

Análise

Uma das funções ao abrigo do mandato da AEA consiste em "*publicar, de cinco em cinco anos, um relatório sobre o estado, tendências e perspectivas do ambiente, complementado por relatórios de indicadores centrados em questões específicas*" (artigo 2.º do Regulamento que institui a AEA). O próximo relatório sobre o estado e perspectivas do ambiente deverá ser publicado em 2010.

Os relatórios quinquenais de referência da AEA procedem a um balanço estratégico e a uma avaliação prospectiva das questões ambientais no contexto da sustentabilidade nos Estados membros da UE, nos países candidatos e em potenciais países candidatos. Estes relatórios contribuem para a definição estratégica de políticas no domínio do ambiente a nível europeu, para a avaliação dos programas de acção e estratégias da UE em matéria de ambiente e para o estabelecimento de futuras agendas.

A SOER 2010 estará bem posicionada para contribuir para a avaliação do 6.º Programa de Acção em Matéria de Ambiente e dos aspectos pertinentes da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da UE, bem como para desenvolver uma perspectiva sobre eventuais programas subsequentes através das suas tendências prospectivas e previsões sobre novas questões.

Em resposta ao vasto interesse demonstrado na SOER 2010, serão concebidos diferentes produtos e materiais multimédia para responder às necessidades das diferentes audiências, incluindo avaliações sobre questões temáticas e de nível nacional.

No início da implementação da nova estratégia, será colocada em prática uma nova perspectiva sobre as avaliações, a fim de permitir à AEA cumprir uma das suas principais funções, ou seja, a elaboração de relatórios quinquenais, bem como responder a estes vários pedidos de forma coerente, eficaz e eficiente.

Acção

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a:

- coordenar os contributos das diversas actividades temáticas, do SEIS e dos principais conjuntos de indicadores na Europa (incluindo os geridos pelo Eurostat), com vista a realizar uma avaliação ambiental integrada baseada em indicadores temáticos sobre as tendências e perspectivas do ambiente na Europa;
- conduzir um processo centrado nos países, com vista à realização de análises à escala nacional e ao desenvolvimento de um scorecard e, com base nestes, realizar uma avaliação comparativa orientada para a aprendizagem sobre as medidas em curso, a situação e as respostas adoptadas ao nível de cada país;
- melhorar a comunicação e divulgação da avaliação através de informações multimédia, multilingues e de fácil acesso;
- realizar uma avaliação transversal prospectiva integrada sobre questões ambientais, que analisará, numa perspectiva de sustentabilidade, a potencial evolução da interacção entre as questões ambientais e os desenvolvimentos socioeconómicos europeus e globais em diferentes cenários plausíveis, bem como o seu potencial impacte sobre a Europa, os países vizinhos e outras regiões do mundo;
- definir uma estratégia a longo prazo para as avaliações ambientais integradas na região, abrangendo o actual ciclo de relatórios quinquenais e outras necessidades em termos de avaliações regionais, globais e dedicadas a questões específicas.

3.2 Avaliação regional e global

O nosso principal objectivo

Planear, preparar, contribuir para e realizar avaliações regionais em apoio de várias políticas e processos políticos em conformidade com a estratégia a longo prazo da AEA relativa às avaliações integradas e aos relatórios quinquenais.

Análise

Algumas zonas da Europa, tais como as regiões costeiras ou as cordilheiras, apresentam padrões geográficos e ambientais comuns. Estes reflectem, por um lado, a diversidade da paisagem europeia e, por outro, processos e políticas com fins específicos ou, de um modo mais geral, a coesão territorial. Deste modo, a análise do estado do ambiente nestas zonas tão distintas, sejam elas costeiras, urbanas, rurais ou montanhosas, está intrinsecamente associada às características socioeconómicas específicas de cada uma delas e aos padrões históricos e actuais do uso do solo. Isto tem consequências importantes, dado que muitas políticas e cenários de decisão têm de tomar em consideração um vasto leque de interações como, por exemplo, a expansão urbana, o impacto da urbanização das zonas costeiras sobre os serviços ecossistémicos e o contributo da agricultura de montanha para a manutenção de terrenos agrícolas de elevado valor natural. A AEA está envolvida na elaboração de uma série de avaliações regionais e relatórios sobre o estado do ambiente.

São exemplos o trabalho desenvolvido no âmbito da Política Europeia de Vizinhança e da Estratégia para a Ásia Central; a coordenação e elaboração de um *scorecard* no contexto da iniciativa Horizonte 2020 para o Mediterrâneo, com vista a avaliar os progressos alcançados com base num conjunto acordado de indicadores; a avaliação global das avaliações realizada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, com vista a estabelecer um processo regular para a avaliação do ambiente marinho e avaliações para o Ártico e ecossistemas fundamentais, tais como as zonas húmidas e as regiões alpinas.

Acção

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a:

- estabelecer ligações e um fácil acesso ao SEIS, à Reportnet e às várias ferramentas para realização de avaliações integradas, a fim de permitir que outros membros da comunidade tirem o melhor partido destes desenvolvimentos;
- colaborar com o programa de acção para o Mediterrâneo, o Eurostat e outros parceiros no sentido de organizar um processo de elaboração de relatórios regulares ao abrigo da iniciativa Horizonte 2020 e publicar relatórios quinquenais e bienais sobre o ambiente no Mediterrâneo;
- planear e preparar o quinto relatório de avaliação pan europeia;
- participar na avaliação das avaliações do ambiente marinho realizada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, no relatório GEO do PNUA, noutras actividades da DEWA do PNUA e noutras avaliações das Nações Unidas através de grupos de peritos e da presidência de painéis;
- identificar as necessidades em termos de avaliações personalizadas específicas sobre o estado do ambiente no Ártico e realizar essas avaliações;
- identificar as necessidades em termos de avaliações pertinentes para apoiar as políticas de coesão, o ordenamento do espaço e zonas definidas com base em características ecológicas comuns (por ex., regiões costeiras, mares interiores, zonas urbanas, rurais e montanhosas) e realizar essas avaliações; e
- melhorar a comunicação e divulgação sobre a importância e as bases das avaliações integradas através de informações multimédia, multilingues e de fácil acesso.

3.3 Apoio à decisão

O nosso principal objectivo

Melhorar e promover um entendimento mais generalizado das implicações da ciência dos sistemas, da multicausalidade, da incerteza e das fontes de conhecimento, a fim de apoiar um processo de decisão atempado, participativo, sólido e flexível.

Análise

A ciência tem demonstrado que o grau de complexidade, multicausalidade e interconexão das questões relacionadas com o ambiente, a ecologia e a saúde é muito maior do que o que se pensava. A ciência dos sistemas, a dinâmica não linear e os fenómenos de limiar são características comuns à maioria das questões relativas ao ambiente e à saúde, tais como: as alterações climáticas; as quatro doenças prioritárias do plano de acção da UE em matéria de ambiente e saúde; a saúde dos ecossistemas; e a perda de biodiversidade. Uma resposta atempada por parte dos governos e, cada vez mais, da sociedade civil, às perturbações destes sistemas ecológicos e biológicos tão complexos passa por uma intervenção baseada em dados menos conclusivos e, por vezes, diferentes tipos de provas (por ex., conhecimentos indígenas, ou pertinentes ao invés de dados precisos), de modo a aplicar o princípio da precaução e a evitar a ocorrência de danos. Estas decisões devem ser tomadas à luz de uma base de conhecimentos mais alargada, resultante, em parte, da participação do público, apoiada por uma maior consciencialização da eficácia e das consequências de acções ou omissões anteriores em resposta a novas questões ou avisos precoces.

Reconhece-se também que a participação do público e das partes interessadas influi cada vez mais na tomada de decisões sobre questões suscitadas por sistemas complexos como, por exemplo: a gestão das bacias hidrográficas; a avaliação estratégica do impacto; a adaptação às alterações climáticas; a gestão do solo; a protecção da natureza; o ordenamento do espaço; o desenvolvimento de futuros estratégicos; a gestão da procura ao nível da utilização dos transportes, da água, da energia e dos recursos; e a monitorização leiga das alterações ambientais.

Acção

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a

- realizar análises retrospectivas de anteriores processos de tomada de decisões ambientais (por ex., *Late lessons from early warnings*, vol. 2), a fim de alargar a base de conhecimentos que permitirá identificar e implementar acções políticas atempadas, sólidas e flexíveis no futuro;
- promover a monitorização a longo prazo dos parâmetros mais sensíveis a imprevistos, de modo a prever melhor as eventuais perturbações nos sistemas biológicos e da saúde;
- explorar diversos métodos para assegurar uma participação eficaz do público na identificação e gestão de novas questões ecológicas e de saúde;
- desenvolver e utilizar ferramentas de apoio à decisão em áreas-chave, tais como as alterações climáticas, a adaptação, a avaliação dos ecossistemas e as avaliações da vulnerabilidade;
- analisar e ajudar a harmonizar abordagens mais transparentes à avaliação dos conhecimentos científicos e de outras formas de conhecimento, nomeadamente os conhecimentos indígenas, e apoiar uma aplicação mais vasta do princípio da precaução;
- aperfeiçoar e simplificar a terminologia utilizada para caracterizar as relações de causa-efeito e as incertezas nos sistemas ecológicos e biológicos, promovendo a adopção generalizada dessa terminologia;
- desenvolver, em colaboração com os parceiros, um melhor entendimento sobre os tipos de legislação que traduzirão adequadamente as necessidades do ambiente; e
- melhorar os conhecimentos sobre estas questões através da realização de *workshops* destinados a diversas partes interessadas.

3.4 Aspectos económicos

O nosso principal objectivo

Apoiar e realizar análises económicas integradas, incluindo a concepção de modelos sobre diversos temas (biodiversidade, alterações climáticas, ambiente marinho, ordenamento do espaço, ambiente e saúde) e forças motoras (agricultura, transportes, (bio)energia), dedicando especial atenção ao custo da inacção política, ao custo das medidas, aos benefícios da melhoria da qualidade ambiental e dos serviços ecossistémicos e ao papel e impacte dos instrumentos de mercado e da reforma fiscal ambiental. Estas actividades centrar-se-ão na manutenção de repositórios de dados.

Análise

Os prejuízos económicos e a diminuição do bem estar resultantes da adopção de medidas inadequadas ou da inacção estão a merecer cada vez mais atenção. Por outro lado, as políticas e as medidas adoptadas devem conduzir a soluções eficazes e tão económicas quanto possível. As análises e avaliações ambientais possuem uma componente económica cada vez mais pronunciada, levando ao aperfeiçoamento de métodos como a avaliação *ex-ante* dos custos da inacção política, as avaliações do impacte, as análises integradas e as avaliações *ex-post*. Os instrumentos de mercado são vistos, cada vez mais, como ferramentas susceptíveis de gerar economias de custos; por seu lado, as reformas fiscais ambientais visam conciliar objectivos ambientais, fiscais e sociais.

Acção

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a:

- continuar a recolher dados e a realizar avaliações das consequências económicas da acção e da inacção;
- realizar análises integradas sobre as forças motoras económicas e os problemas ambientais e desenvolver ferramentas políticas;
- criar inventários e realizar avaliações sobre o papel das soluções de mercado e das reformas fiscais ambientais;
- realizar avaliações, em termos do custo da inacção, dos danos relacionados com o mercado e outros danos sofridos pelos sistemas ecossistémicos e pelo bem-estar humano, a fim de contribuir para os programas europeus de ecoavaliação;
- realizar análises integradas das consequências ambientais e da eficiência dos recursos das principais forças motoras e soluções, dedicando especial atenção às abordagens de mercado, tais como os mercados do carbono e a tributação ambiental;
- realizar uma análise sobre a reforma fiscal ambiental como resposta à conciliação sustentável a longo prazo dos objectivos ambientais, económicos/fiscais e sociais; e
- aperfeiçoar as metodologias, incluindo a transferência de benefícios, para a expansão dos resultados dos estudos de caso de avaliações não relacionadas com o mercado, e a avaliação da contabilidade do solo e dos ecossistemas.

3.5 Futuros estratégicos

O nosso principal objectivo

Ajudar a alargar o processo de tomada de decisões estratégicas entre os principais clientes e parceiros da AEA, realizando mais avaliações baseadas em cenários em zonas específicas, tais como a componente prospectiva das principais avaliações da AEA, promovendo acções de reforço das capacidades e utilizando melhor os processos, informações e métodos existentes para conceber opções para o futuro adaptadas às necessidades dos utilizadores.

Análise

À medida que a complexidade, o risco acrescido e a incerteza dos problemas ambientais se tornam mais evidentes, assiste-se a um reconhecimento crescente da importância dos estudos prospectivos e, em especial, dos cenários para o processo de decisão.

Durante os primeiros anos de actividade, a AEA concentrou os seus esforços neste domínio na integração da componente prospectiva nas suas principais avaliações relativas à UE (SOER) e na análise da execução da política ambiental comunitária através de avaliações dos atrasos em relação ao objectivo. Na sequência da análise apresentada no relatório de 1999 sobre o estado e perspectivas do ambiente e da alteração do Regulamento, foi solicitado à AEA que integrasse uma componente prospectiva nas suas avaliações.

Consequentemente, o trabalho da AEA passou a abranger também áreas temáticas, e não apenas os relatórios SOER, indo também para além da legislação em vigor e das fronteiras da Europa. O trabalho desenvolvido durante o período de vigência da última estratégia consistiu essencialmente nos extensos processos de avaliação envolvidos no relatório quinquenal de 2005 sobre o estado e perspectivas do ambiente e destinados à Conferência de Belgrado "Ambiente para a Europa" de 2007. A AEA contribuiu igualmente para o processo da Perspectiva Ambiental Global do PNUA. Além disso, o potencial dos cenários para enquadrar questões nas fases iniciais do ciclo de concepção de políticas e para introduzir um pensamento estratégico na tomada de decisões ficou claramente demonstrado graças ao elogiado projecto PRELUDE relativo à simulação de cenários.

Acção

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a:

- continuar a apoiar os processos de avaliação da AEA em curso e, em especial, a análise prospectiva para a SOER 2010 e para a Avaliação dos Ecossistemas Europeus (Eureca 2012);
- promover a utilização de cenários e técnicas de previsão a curto prazo no processo de tomada de decisões estratégicas, estabelecendo orientações, melhores práticas e ferramentas de formação baseadas na Web;
- lançar novas avaliações prospectivas/de cenários centradas em zonas, regiões e temas específicos;
- explorar o actual impacto e eficácia da utilização de cenários no processo de tomada de decisões ambientais estratégicas;
- aperfeiçoar os sistemas de informação através do SEIS no que respeita a informações prospectivas e desenvolver ferramentas mais adequadas à gestão de informações prospectivas; e
- reforçar a colaboração com os países e outros intervenientes importantes neste domínio (ou seja, DG ENV, CCI e Eurostat) com o objectivo de estabelecer parcerias estratégicas com centros de conhecimentos e programas de investigação pertinentes, a fim de promover o reforço das capacidades, melhorar as abordagens metodológicas e aplicá-las às empresas e ONG quando necessário.

Área estratégica 4 Serviços de informação e comunicação



A procura de informações facilmente compreensíveis e actualizadas aumentou significativamente, mesmo durante a vigência da estratégia de 2004–2008. Tanto os decisores políticos como os cidadãos europeus exigem, cada vez mais, total transparência relativamente às informações fornecidas pelos organismos públicos. Paralelamente, graças à rápida evolução das novas tecnologias da informação, dispomos agora de ferramentas para comunicar de forma mais eficaz.

Ao longo dos próximos cinco anos, a AEA procurará fornecer aos decisores políticos e cidadãos europeus as informações independentes de que necessitam para fazerem escolhas esclarecidas sobre o ambiente e reforçarem a sensibilização para as questões ambientais, comunicando as suas mensagens de forma transparente e compreensível a uma audiência tão vasta quanto possível.

Os serviços de informação e comunicação da AEA são apoiados por diversas iniciativas por toda a Europa, no âmbito das quais a AEA é convidada a prestar o seu apoio, incluindo o Sistema de Informação Ambiental Partilhada, a Directiva INSPIRE relativa ao fornecimento de informações geográficas, a Convenção de Aarhus sobre o acesso a informações ambientais e o GMES — o programa técnico de referência da UE que visa melhorar a integração da monitorização *in situ* e espacial.

Ao longo da execução da estratégia, a AEA procurará transformar o seu *website* num portal mundialmente reconhecido pela disponibilização de informações actuais e pertinentes sobre o estado e perspectivas do ambiente da Europa. O objectivo consiste em disponibilizar produtos e serviços extremamente fáceis de compreender e de utilizar e com uma mensagem coerente, destinados à comunidade multilingue de utilizadores da AEA.

O *website* passará de um espaço de armazenamento de documentos para um site e portal interactivo, que permite uma comunicação bilateral e pode ajudar a melhorar a qualidade e o alcance da educação ambiental.

Continuaremos a publicar regularmente notícias no *website* e a utilizar da melhor forma possível técnicas multimédia para maximizar o alcance e o impacto das mensagens da AEA.

O trabalho desenvolvido no âmbito desta área estratégica obedecerá a dois temas:

- **Sistema de Informação Ambiental Partilhada**
- **Comunicação**

4.1 Sistema de Informação Ambiental Partilhada

O nosso principal objectivo

Modernizar os actuais sistemas de comunicação de dados, criando uma rede de sistemas descentralizados que proporcionem um acesso *on-line* a dados geridos tão perto da fonte quanto possível e melhorem a qualidade e a actualidade das informações. A AEA e a Eionet trabalharão em colaboração com a Comissão Europeia e outras partes interessadas a nível internacional na implementação deste sistema. Para atingir este objectivo, a atenção da AEA incidirá especialmente nos sistemas e ferramentas desenvolvidos para a comunicação de dados (Reportnet), nas novas iniciativas em matéria de administração em linha, na Infra-Estrutura de Informação Geográfica na Europa (Inspire), no GMES, no Sistema Mundial de Observação da Terra (GEO) e na Rede Mundial de Sistemas de Observação da Terra (GEOSS).

Análise

Em Fevereiro de 2008 a Comissão Europeia adoptou uma Comunicação que propunha melhorar, modernizar e racionalizar os actuais sistemas de informação ambiental através da criação de um Sistema Europeu de Informação Ambiental Partilhada (SEIS).

O SEIS é um sistema de informação distribuído, integrado e baseado na Web, assente numa rede de fornecedores públicos de informação, que partilham dados e informações ambientais. O sistema funciona com base nas infra-estruturas, sistemas e serviços electrónicos existentes nos Estados membros e nas instituições da UE, especialmente os da AEA e da Eionet.

O sistema visa melhorar a articulação de todos os fluxos de dados e informações existentes relacionados com as políticas e a legislação da UE em matéria de ambiente, incluindo a implementação da infra-estrutura de informação geográfica na Europa (INSPIRE), e outros dados e observações em tempo real relacionados com as novas prioridades ambientais e serviços do GMES. Este sistema proporcionará informações facilmente acessíveis a decisores políticos e cidadãos. Um desafio particularmente difícil será o desenvolvimento do SEIS no sentido de o transformar numa plataforma que também possa ser utilizada para uma comunicação bilateral sobre o ambiente, nomeadamente que permita aos utilizadores carregar e partilhar as suas informações com terceiros, tanto a nível global como local.

Acção

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a:

- trabalhar em colaboração com a Eionet, a Comissão Europeia (sobretudo através do Grupo dos Quatro e dos dez Centros de Dados Ambientais) e os Centros Temáticos Europeus da AEA com vista à

implementação deste sistema distribuído de partilha de informação, do nível local ao nível global, com base na interoperabilidade;

- adaptar progressivamente a Reportnet com vista a transformá-la numa ferramenta para apoiar o projecto de revisão da directiva relativa à normalização e racionalização de relatórios e acelerar o processo de disponibilização de dados *on-line*;
- dedicar especial atenção à nossa gestão de dados europeus, incluindo a racionalização de fluxos de dados prioritários com a Eionet, a coordenação da componente *in situ* do GMES e a gestão de 5 Centros de Dados Ambientais temáticos, a fim de disponibilizar uma panóplia de conjuntos de dados ambientais europeus em formatos adequados a diversos utilizadores;
- aperfeiçoar a nossa infra-estrutura de dados geográficos em conformidade com as regras de implementação da INSPIRE, cuja aprovação está agendada para breve, de forma a tornar se no pilar do SEIS;
- desenvolver aplicações e serviços relacionados com a monitorização e observação do ambiente atmosférico, marinho e terrestre, utilizando dados *in situ* e espaciais fornecidos pelo GMES e pelo GEO/GEOSS;
- assegurar a manutenção e a gestão do sistema, fornecendo dados e serviços de informação de elevada qualidade 24 horas por dia, sete dias por semana; e
- melhorar continuamente o *website* da AEA, a fim de o transformar no principal portal de acesso a informações actuais e pertinentes sobre o ambiente da Europa.

4.2 Comunicação

O nosso principal objectivo

Servir o nosso principal grupo-alvo, constituído pelos decisores políticos e personalidades influentes da Europa, mantendo simultaneamente uma audiência tão vasta quanto possível, através de uma estreita colaboração com as nossas redes institucionais em toda a Europa e com os meios de comunicação social nacionais e internacionais; da promoção de mensagens estratégicas da AEA de forma pró-activa e flexível a fim de contribuir para as agendas políticas e públicas; da produção de mais materiais didácticos sobre o ambiente destinados aos cidadãos europeus; do estabelecimento de uma comunicação bilateral eficaz; do diálogo com os grupos alvo a fim de compreender as suas necessidades de informação; e do fornecimento das informações certas no momento certo para maximizar o seu impacte.

Análise

A nossa estratégia de comunicação é um documento dinâmico destinado a fornecer aos decisores políticos e cidadãos europeus as informações independentes de que estes necessitam para fazerem escolhas esclarecidas sobre o ambiente; promover a sensibilização para as questões ambientais comunicando as nossas mensagens de forma transparente e compreensível a uma audiência tão vasta quanto possível; sensibilizar para a importância da educação ambiental em toda a Europa; e reforçar o perfil da Agência e da sua rede como os principais fornecedores de informações actuais, direccionadas, pertinentes e fiáveis sobre o ambiente da Europa.

Acção

Para atingirmos o nosso objectivo, propomo-nos a:

- adaptar os nossos resultados a diferentes objectivos e audiências e utilizar diversos canais para a comunicação dos mesmos;
- satisfazer o pedido de apresentação das nossas principais mensagens de forma simples e sucinta, expresso por todos os nossos grupos alvo, tanto especialistas como generalistas;
- investir no conteúdo multimédia do nosso *website*, de modo a torná-lo num portal mundialmente reconhecido pela disponibilização de informações actuais e pertinentes sobre o estado e perspectivas do ambiente da Europa;
- conjugar as nossas iniciativas de comunicação com as agendas ambientais da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, a Presidência em exercício do Conselho de Ministros e os interesses públicos em diferentes regiões da Europa;
- alargar o âmbito do nosso trabalho para abranger mais sectores envolvidos na tomada de decisões ambientais, na investigação e na educação e satisfazer as suas necessidades em termos de informação ambiental sempre que possível;
- reforçar e alargar a nossa rede de meios de comunicação e utilizá-la para multiplicar o efeito das nossas mensagens e aumentar a visibilidade da Agência enquanto fornecedor-chave de informações ambientais;
- criar um programa de comunicação completo no seio da Agência, promover uma forte comunicação interna e a formação do pessoal da AEA no domínio das comunicações;
- implementar uma abordagem mais direccionada para os meios de comunicação social, seleccionando aqueles com os quais pretendemos trabalhar em função das mensagens que queremos transmitir e do grupo alvo em causa;
- criar materiais didácticos especiais baseados na Web;
- reforçar a comunicação com audiências mais jovens, aproveitando as mensagens-chave da AEA para o desenvolvimento de vários materiais adequados às crianças e a fins educativos mais vastos; e
- monitorizar a eficácia das nossas actividades, a fim de assegurar uma comunicação e diálogo bilaterais.

Previsão orçamental

| Orçamento | | | |
|------------------|----------------------------------|--|------------------------|
| Ano | Subvenção principal da UE | Contribuição dos países não membros da UE | Orçamento total |
| 2009 | 34 560 000 | 5 067 000 | 39 627 000 |
| 2010 | 35 251 000 | 5 101 173 | 40 352 173 |
| 2011 | 35 956 020 | 5 135 976 | 41 091 996 |
| 2012 | 36 675 140 | 5 171 415 | 41 846 555 |
| 2013 | 37 408 643 | 5 207 500 | 42 616 144 |

| Pessoal | |
|----------------|-------------------------------------|
| Ano | Total do pessoal estatutário |
| 2009 | 178 |
| 2010 | 183 |
| 2011 | 183 |
| 2012 | 183 |
| 2013 | 183 |

Condições limite e hipóteses relativas ao orçamento

- Aumento de 2 % na subvenção principal da UE.
- O orçamento total não inclui receitas afectadas de outras DG: estas incluem 3 milhões de euros do GMES (2009–2012) e 5 milhões de euros da PEV (2009–2012).
- Foram incluídos 5 agentes contratuais adicionais para o GMES para o período de 2010–2013.

Agência Europeia do Ambiente

Estratégia da AEA 2009–2013
Programa de trabalho plurianual

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias

2009 — 42 p. — 21 x 29,7 cm

ISBN 978-92-9213-022-0

DOI 10.2800/17546

Agência Europeia do Ambiente
Kongens Nytorv 6
1050 Copenhagen K
Dinamarca

Tel.: +45 33 36 71 00
Fax: +45 33 36 71 99

Web: eea.europa.eu
Pedidos de informação: eea.europa.eu/enquiries



ISBN 978-92-9213-022-0

